



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FERNANDA CIRIACO DE OLIVEIRA

**O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BOA ESPERANÇA-
AREAL(RJ): PERCEPÇÕES MATERIAIS E IMATERIAIS**

JUIZ DE FORA
2023

FERNANDA CIRIACO DE OLIVEIRA

**O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BOA ESPERANÇA-
AREAL(RJ): PERCEPÇÕES MATERIAIS E IMATERIAIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador (a): Vicente Paulo dos Santos Pinto

JUIZ DE FORA

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ciriaco de Oliveira, Fernanda .

O Território da Comunidade Quilombola de Boa Esperança-Areal(RJ) : Percepções Materiais e Imateriais / Fernanda Ciriaco de Oliveira. -- 2023.

89 f. : il.

Orientador: Vicente Paulo dos Santos Pinto

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. Quilombo. 2. Quilombismo. 3. Território. 4. Territorialidade. 5. Racismo Ambiental. I. dos Santos Pinto, Vicente Paulo, orient. II. Título.

Fernanda Ciriaco de Oliveira

**O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BOA ESPERANÇA -
AREAL(RJ): PERCEPÇÕES MATERIAIS E IMATERIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Geografia. Área de concentração: Dinâmicas Espaciais.

Aprovada em 25 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Clarice Cassab Torres
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Emerson Ferreira Guerra
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

*Dedico à minha família e a todos aqueles e aquelas que vieram antes
e que virão depois de mim.*

À Comunidade de Boa Esperança, que tão bem me acolheu.

*Aos quilombos do Brasil, que nos ensinam que não basta ser
antirracistas; temos que ser afrocentrados em nossas lutas.*

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido até aqui pode ser interpretado como aquele que se percorre ao adentrar uma mata fechada pela primeira vez: pedimos licença e há o entendimento de que após o primeiro passo desafios, barreiras, breu e caminhos dúbios serão encontrados, mas que após essa etapa o caminho é sempre à frente. Assim foi minha chegada na Comunidade de Boa Esperança e aos processos de pesquisa inerentes ao Mestrado, sendo esse última a primeira da minha família a desbravar. Porém, ao contrário do imaginado, não estive só em nenhum dos caminhos, contei com aqueles e aquelas que sempre estiveram comigo apoiando direta e indiretamente. Parceiros que não me fizeram desistir da minha jornada quanto pesquisadora, na minha potência também ancestral de saber chamar pela coletividade quando presente, a ajuda inocente do meu quilombo formado por quatro- que chamo de família. A minha rede de apoio formada por amigos- irmãos que são essenciais para a jornada acadêmica, ao meu orientador que diversas vezes tirou as névoas dos meus olhos e reforçou que para ser uma geógrafa pesquisadora é preciso ser humana e sentir. Ao professor Leonardo Carneiro, que contribuiu fortemente para a sensibilidade, potência e crença das minhas percepções e argumentações. Agradeço aos braços, ouvidos, ensinamentos e afetos oferecidos por Boa Esperança, por ter me reconstruído quanto pessoa negra acompanhada pelos meus ancestrais e suas diferentes formas de lutas que possibilitaram que eu chegasse até aqui e me comunicasse como faço hoje nos lugares, espaços e territórios que caminho. Onde colho e planto minhas experiências e vivências. Hoje me reconheço na coletividade material e imaterial dos territórios que construo, por isso, agradeço também a abertura que tive para receber o apoio de todos que aqui apresento e que não me permiti desistir de nenhum nos meus caminhos. Ainda estou caminhando pela mata fechada, com muitas barreiras a serem descobertas, algumas encruzilhadas postas, mas o breu abre espaço para uma clareira onde nós vamos passar.

O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender.

(Antônio Bispo dos Santos- Nêgo Bispo)

RESUMO

Os quilombos no Brasil representam não apenas territórios carregados de memória, mas também fortalezas de resistência, abarcando povos tanto pré-coloniais quanto pós-coloniais. Eles manifestam uma ampla gama de formas de luta e evolução territorial, que englobam dimensões físicas e culturais. Esses espaços se destacam como elementos centrais para abordagens críticas no âmbito das geografias negras decoloniais. Nesse contexto, emerge a discussão crucial sobre o quilombo como um movimento social através da lente do "quilombismo", conceito que busca uma compreensão desprovida dos ranços racistas coloniais. O objetivo é apreender as potencialidades ancestrais e culturais negras que se entrelaçam na construção e preservação dos territórios quilombolas. Para alcançar tal fim, este estudo concentrou-se na Comunidade Quilombola de Boa Esperança-Areal, localizada no estado do Rio de Janeiro. A coleta dos dados essenciais para embasar o desenvolvimento desse estudo envolveu um processo abrangente. Foram realizadas entrevistas e observações cuidadosas, cujas percepções foram analisadas de forma qualitativa e documentadas. Essas análises não se limitaram apenas ao âmbito local de Boa Esperança, mas também buscaram contextualizar-se em escala nacional. Essa abordagem holística permitiu identificar os complexos processos de formação e reconhecimento dos territórios quilombolas em nível nacional. A relevância intrínseca da terra e da constante luta pela sua posse e manutenção tornou-se evidente ao longo do estudo. As análises realizadas lançam luz não somente sobre a existência, mas também sobre a resiliência em constante renovação das comunidades quilombolas em diversos contextos. Dessa forma, o estudo não apenas revela a riqueza das histórias desses povos, mas também contribui para um entendimento mais profundo da dinâmica social e cultural que permeia os quilombos brasileiros.

Palavras-chave: quilombo, território, ancestralidade, movimentos sociais, contracolonialidade.

ABSTRACT

Quilombos in Brazil signify not only territories laden with memory but also bastions of resistance, encompassing both pre-colonial and post-colonial communities. They manifest a wide array of forms of struggle and territorial evolution that span physical and cultural dimensions. These spaces stand out as pivotal elements for critical approaches within the realm of decolonial geographies. In this context, a crucial discourse emerges regarding quilombos as a social movement seen through the lens of "quilombism," a concept that seeks an understanding devoid of colonial racist residues. The objective is to grasp the ancestral and cultural potentials interwoven in the construction and preservation of quilombo territories. To achieve this end, this study focused on the Quilombola Community of Boa Esperança-Areal, situated in the state of Rio de Janeiro. Gathering the essential data to underpin the development of this study involved a comprehensive process. Interviews and careful observations were conducted, with perceptions analyzed qualitatively and documented. These analyses extended beyond the local scope of Boa Esperança, aiming to contextualize on a national scale. This holistic approach enabled the identification of the intricate processes of quilombo territorial formation and recognition at a national level. The intrinsic significance of land and the ongoing struggle for its possession and maintenance became evident throughout the study. The conducted analyses shed light not only on existence but also on the enduring resilience of quilombola communities across diverse contexts. Hence, this study not only unveils the richness of these peoples' histories but also contributes to a deeper comprehension of the social and cultural dynamics that permeate Brazilian quilombos.

Keywords: Quilombo, territory, ancestry, social movements, countercoloniality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Ritmo de certificação de territórios quilombolas na Fundação Cultural Palmares ano a ano.....	38
Figura 2- Quilombo Boa Esperança, Areal-RJ(2020).....	44
Figura 3- Parte do engenho utilizado para a extração do caldo de cana e área de preparo da rapadura.....	47
Figura 4- Tacho e fogão para a tradicional produção de rapadura de Boa Esperança.....	47
Figura 5- Canavial do quilombo sendo apresentado por uma quilombola.....	48
Figura 6- Escola Municipal Donária Maria Barbosa.....	51
Figura 7- Horta de uma moradora do quilombo.....	53
Figura 8- Uma das antigas áreas de produção contidas na região Coração do Quilombo, próximo do engenho. Essa estrutura remonta o moínho que era ativo no "tempo dos antigos" e que deve fazer parte das rotas turísticas.....	60
Figura 9- Vista do Rio Fagundes na perspectiva do Morro da Força, que será rota turística do Quilombo pensada pela comunidade.....	60
Figura 10- Número de assassinatos de quilombolas por ano no período de 2008 a 2017.....	66
Figura 11- Ponte vista do Quilombo.....	68
Figura 12- Estrada do Morro da Pedra no período de chuvas, 2- após o período, 3- maquinário enviado para a reforma da via, 4- via após reforma.....	69
Figura 13- Celso Fonseca e seu neto que estava ensinando como funciona o engenho, após nos ensinar a tocar berimbau.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Quadro de direcionamento de entrevistas sobre o Quilombo de Boa Esperança Areal, RJ.....	18
Quadro 2- Análise de dimensões territoriais de Boa Esperança.....	56

LISTA DE ABREVIACOES

ABA: Associação Brasileira de Antropologia

ABRAJI: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

ACQUILERJ: Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro

ADTC: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ARQBE: Associação dos Remanescentes do Quilombo de Boa Esperança

CONAQ: Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos

CUNY: City University of New York

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro

FCP: Fundação Cultural Palmares

GEPEADS: Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN- Instituto do Patrimnio Histórico e Artístico Nacional

MPF: Ministério Público Federal

RTID: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	10
LISTA DE ABREVIACÕES	11
1- INTRODUÇÃO	7
1.1 METODOLOGIA	11
2- QUILOMBO COMO CONCEITO VIVO E PLURAL	19
2.1- TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS ANCESTRAIS	24
3- QUILOMBO COMO MOVIMENTO SOCIAL AFRODIASPÓRICO NO BRASIL: TERRITÓRIOS CONTRACOLONIAIS	33
4- QUILOMBO QUE ANTECEDE O MUNICÍPIO: COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BOA ESPERANÇA	41
5- A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE BOA ESPERANÇA: SUAS DIMENSÕES MATERIAIS E IMATERIAIS	54
5.1- BOA ESPERANÇA COMO QUILOMBO VIVO E PLURAL	57
6- DESAFIOS COMUNS: A INDEFINIÇÃO TERRITORIAL COMO BASE PARA AS INJUSTIÇAS SÓCIOAMBIENTAIS	62
7- ANCESTRALIDADE NEGRA, R-EXISTÊNCIA E LUTAS NEGRAS	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

1 INTRODUÇÃO

Conhecer e se atentar sobre as vivências do outro é um desafio, principalmente se esse outro traz memórias que foram apagadas sobre aqueles que construíram a base do país e o sustento do seu ser. Desta forma, o que se apresentava como um desafio se transformou em um projeto em busca de caminhos e de reconhecimento da potência das diferentes ancestralidades presentes em coletivos e territórios negros. Com a busca por diálogos e raízes negras ancestrais na região do município de Três Rios-RJ, chego à Comunidade Quilombola de Boa Esperança em 2020, através de uma publicação de denúncia publicada no blog “Combate ao racismo ambiental”, que trazia o artigo “MPF obtém condenação do município de Areal (RJ) por danos morais causados em Quilombo de Boa Esperança”¹, a partir da leitura desse texto busquei fontes diversas sobre a comunidade, territórios quilombolas e racismo ambiental, pontos os quais serão discutidos no decorrer da pesquisa. Retomando, além dos conceitos outra inquietação surge: Por que mesmo residindo em Três Rios, município em que Areal já foi distrito, conheço tão pouco sobre esse quilombo?

A partir deste momento, nasce o projeto que origina esta pesquisa. Por ser uma pesquisadora negra, mas inserida em um contexto urbano periférico, tracei alguns ideais generalizadores contaminados por definições coloniais sobre o ser quilombola e a aproximação com a comunidade trouxe diversas e novas formas de interpretar os indivíduos e *os territórios* apresentados. O conceito é colocado inicialmente no plural de forma proposital, visto que que o conceito a percepção territorial possui diferentes dimensões, sendo duas explícitas em Boa Esperança: a material e imaterial.

Como geógrafa, que busca compreender as geografias negras, analisar um território exige uma postura aberta para escalas e interpretações diversas, sendo assim, ao escolher um território negro quilombola considero aspectos culturais, políticos e econômicos para caracterização e interpretação territorial. Desta forma, é possível, geograficamente, compreender a identidade territorial dos indivíduos que compõe a comunidade e exaltar o papel cultural negro na definição de território em uma perspectiva integradora

¹ <https://racismoambiental.net.br/2020/09/01/mpf-obtem-condenacao-do-municipio-de-areal-rj-por-danos-morais-causados-em-quilombo-de-boa-esperanca/>

(HAESBAERT, 2004). Sendo o conceito de território uma chave para o encontro das relações espaciais e sociais pretendidas na pesquisa

Inicialmente, o projeto de pesquisa apresentado durante o processo seletivo para ingresso no presente programa de mestrado, tinha como principal questão as possíveis injustiças ambientais existentes na Comunidade de Boa Esperança. Neste momento, foram buscados documentos e evidências teóricas que poderiam explicitar tais questões, principalmente racismo ambiental. Porém, com o amadurecimento da pesquisa, o contato com a comunidade e escuta ativa esse caminho foi modificado, além de perceber que a história destes sujeitos pode e deve ser contada por outra perspectiva que não seja o racismo, a demanda é de identidade e seu direito territorial.

Sendo assim, é moldada para compreender a relação entre os sujeitos quilombolas da Comunidade Quilombola de Boa Esperança e o seu território. Para tal análise, foi necessário definir de quais abordagens sobre o conceito de território serão utilizadas essencialmente: o território delimitado e reconhecido pelo poder de instituições governamentais e o território imaterial aquele que se dá a partir da vivência dos indivíduos que compartilham o lugar, delimitado pelas relações ancestrais e identitárias. Possuindo como questão a análise de como os territórios imateriais são expostos aos territórios de poder definidos por relações inerentes a colonialidade. Considerando abordagens e potencialidades territoriais que entendem o conceito como:

[...]desde os territórios do/no corpo, íntimo, até o que podemos denominar territórios-mundo, moldados por um grupo étnico, a Terra vista como pluriverso cultural-natural ou conjunto de mundos –e, conseqüentemente, de territorialidades– às quais estamos inexoravelmente ligados. (HAESBAERT, 2021. p. 162)

Para a compreensão da imaterialidade e identidade territorial da comunidade quilombola de Boa Esperança, foi necessário estabelecer o contato, escuta e diálogo sobre suas próprias percepções e vivências sobre seu território e processos. Desta forma, o principal objetivo de compreender as diferentes percepções territoriais do Quilombo de Boa Esperança-Areal/RJ foi construído em conjunto com os quilombolas e envolvidos a partir de diálogos e observações dentro das possibilidades do período pandêmico. Logo, identificar o processo de formação socioespacial do quilombo, interpretar as definições de quilombo e comunidade a partir das particularidades trazidas por Boa Esperança, evidenciar a importância da terra(materialidade) para a reprodução sociocultural(imaterialidade) desta comunidade e

discutir a potencialidade da ancestralidade negra para a r-existência deste quilombo foram tópicos indispensáveis para as demandas desse estudo.

Discutirmos as demandas das diferentes comunidades, a partir de suas particularidades, nos possibilita a compreender quais as estratégias traçadas para a resistência e combate de forma as injustiças raciais que ameaçam diretamente as memórias, os territórios e a história de um povo. Diante disso, o resgate das memórias, o olhar para as comunidades quilombolas, a ideia de coletividade baseada no processo de “aquilombar-se” (SOUZA,2008), unidas ao apagamento e desmonte sobre o direito à terra emana o levantamento e a clareza sobre esse povo. Principalmente, entender suas particularidades, suas potências, suas fragilidades com o intuito de ampliar a visão sobre o conceito de quilombo, ainda envenenado por uma visão colonial. Porém, esse movimento não se dá, nesta pesquisa, com o desejo de me apropriar das comunidades ou dar voz para elas (elas já possuem), e sim, de ouvi-las e resgatar as diferentes formas de perceber o seu território, exercer territorialidades e da percepção sobre o que é um quilombo.

Levantar tal temática voltada para a comunidade de Boa Esperança se faz necessário uma vez que por ser uma comunidade situada na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, no município de Areal (entre o município de Três Rios e o de Petrópolis) em que há um histórico de apagamento da participação quilombola em suas histórias. Desta forma, o quilombo está em um processo recente de inserção e contato com grupos envolvidos em movimentos agrários e raciais, o que anterior a esse processo, o distanciamento dessas redes de apoio poderia expor essa comunidade a possíveis vulnerabilidades territoriais e apagamento. Além disso, é uma comunidade que entrou no processo para reconhecimento de suas terras em 2013, atravessando o período pandêmico, o qual impôs modificações que dificultaram os processos para a titulação de terras e reforça estereótipos quilombolas. A exemplo as modificações ocorridas na Fundação Cultural Palmares, instituição responsável por emitir a certificação de territórios quilombolas, que ameaçam o patrimônio imaterial e material dos movimentos negros nacionais.

Os objetivos traçados para esta pesquisa são frutos de etapas da aproximação com o tema, ao longo do desenvolvimento do projeto até o atual momento eles foram readaptados. Uma vez que, a minha percepção sobre o conceito de quilombo, território, poder, ancestralidade foi modificada conforme os campos e entrevistas no quilombo de Boa Esperança ocorriam e as minhas leituras foram intensificadas.

Para atingir a questão central, de como a ancestralidade está vinculada aos processos de resistência e r-existência negra quilombola em Boa Esperança e na configuração do território em suas percepções materiais e imateriais, foram feitas observações de campo para coleta de dados e entrevistas abertas com integrantes da comunidade. Através da identificação do processo de formação socioespacial do quilombo Boa Esperança- RJ, a análise das diferentes percepções sobre o território quilombola, daqueles que vivem na comunidade. Dentro da comunidade e fora dela ressaltando a importância da terra para a reprodução sociocultural da população quilombola e fortalecimento de identidades negras propiciando a discussão sobre a potencialidade da ancestralidade negra como estratégia de resistência às injustiças raciais e socioambientais.

Com o intuito de ilustrar os objetivos traçados, retomo aspectos iniciais da pesquisa nesse conjunto aqui apresentado, pois nos processos gênese da coleta de dados (antes da aproximação direta com o quilombo) algumas informações foram coletadas com indivíduos de Areal- RJ vinculados à Prefeitura municipal e pessoas que já haviam tido trabalhos e pesquisas no quilombo, mas que não pertenciam à comunidade. Sendo possível, traçar distinções sobre o que é o quilombo de Boa Esperança para aqueles que constroem o seu território das memórias(imaterialidade) daqueles que conhecem apenas como uma delimitação e que não possuem vínculos profundos com ela. Ao longo deste material, concluí que essas diferentes percepções são fruto de um conceito quilombola ainda colonial e generalizador por parte daqueles não vivem o quilombo. Essa retomada, garante uma autoanálise do papel desempenhado quanto pesquisadora, que é lançada em um desafio de tentar ler uma comunidade quilombola como Boa Esperança: diversa, forte e que salta aos olhos daqueles que aproximam e analisam. Nesse momento é válido destacar que, embora a abordagem trazida pelo título em algumas interpretações coloque a materialidade e imaterialidade como dualidades em disputa que por si destoam da proposta dessa pesquisa que é comprometida com uma abordagem decolonial, o objetivo não é a sobreposição dessas percepções. Uma vez que a imaterialidade contida nos saberes que constroem a comunidade assim como seu território não são compreendidas ou percebidas de maneira indissociada.

Portanto, para compreensão e construção dessa escrita, com o amadurecimento sobre os conceitos que aqui serão apresentados, foi entendido que não há outra forma de apresentar esse produto senão pela interpretação dos quilombos como territórios contracoloniais em sua essência e decoloniais em seus processos de resistência à hegemonia econômica e cultural. Portanto, temáticas inerentes ao processo de resistência da coletividade material e imaterial

das comunidades negras são levantadas para concluir que a potencialidade quilombola é reforçada em seu caráter de ação- ou seja, um movimento social forte, diverso e dinâmico no Brasil de lutas contra e decoloniais.

1.1 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida, a partir de uma abordagem qualitativa, pois:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, M. 2001 ,p.22)

A fase exploratória desta pesquisa (MINAYO, 2001), ou seja, fase inicial consistiu em uma pesquisa bibliográfica acerca dos principais conceitos que deram o tema e o título da pesquisa: território, quilombo e justiça ambiental. Para que as etapas seguintes de campo e análise de dados tivessem um ponto de partida em escalas gerais (nacional principalmente) até atingir as particularidades de Boa Esperança. Sendo assim, por ser uma pesquisa que tem seus objetivos traçados a partir da percepção dos sujeitos sobre a suas particularidades e vivências territoriais os métodos qualitativos possuem um potencial de compreender as distinções e vivências da comunidade em questão, partindo de escalas maiores até a local. O levantamento de dados inicial focou de forma indutiva em bases documentais que trazem os conceitos de território, território imaterial, quilombo e injustiça ambiental com o recorte do racismo ambiental no Brasil para que fosse possível interpretar o as observações em campo.

A coleta de dados primários sobre Boa Esperança foi estruturada a partir de três ações de campo: entrevistas semiestruturadas, entrevistas em profundidade (história de vida tópica) e observações assistemáticas. Sendo as primeiras definidas como:

O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. (Boni; Quaresma. 2005, p. 74)

As entrevistas semiestruturadas foram previstas para indivíduos que têm contato com a comunidade mesmo que não pertencente a ela, à liderança quilombola e outros membros da comunidade de maneira individual. As entrevistas em profundidade ou ainda história de vida tópica, foram aliadas cruciais a observação e análise de dados sobre as memórias que os moradores mais antigos ou filhos que partilharam experiências possuem sobre o território, pois nela “o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões” (MINAYO, 1992) ou ainda:

Em relação à história de vida, como estratégia de compreensão da realidade, sua principal função é retratar as experiências vivenciadas, bem como as definições fornecidas por pessoas, grupos ou organizações.(...) a história de vida tópica, que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análises do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual. (NETO, 2001, p.58)

Pois através das entrevistas nestes modelos é possível deixar com que as respostas sejam dadas através de diálogos menos rígidos, possibilitando que novas questões surjam conforme o campo se desenvolve sem que haja desfoque dos objetivos e descentralização sobre a demanda de diálogo do entrevistado. Além disso, foi possível através da história de vida referente a experiência vivida sobre o território de Boa Esperança, resgatar a ancestralidade que define o quilombo através dos locais contados em histórias e músicas por exemplo. A aplicação deste modelo foi direcionada para membros mais velhos do quilombo (Griôs) ou que possuem ligação direta com as gerações mais antigas, dois moradores foram essenciais para essa pesquisa: Dona Emília responsável durante um longo período pelas rezas e formulações de medicinas do quilombo e o Celso, liderança do início da pesquisa quilombola filho do primeiro morador a buscar reconhecimento legal das terras como território quilombola. Na parte final da escrita foi possível contar com a contribuição da nova coordenação da comunidade, parte crucial para compreender as projeções e projetos pensados para Boa Esperança.

Já a observação assistemática foi adotada desde o primeiro campo realizado no dia 16 de julho de 2021, por garantir uma aproximação com o objeto estudado de forma menos rígida, mais natural maneira que melhor adequou nas demandas apresentadas ao longo da pesquisa, sobretudo para conhecer o modo de vida da população, pois mesmo havendo a possibilidade de uma observação participante, que no momento inicial desta pesquisa era de

difícil execução dado o contexto pandêmico. Considero a seguinte definição desta técnica de coleta de dados:

(...)é denominada observação assistemática, onde o pesquisador procura recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle. Geralmente este tipo de observação é empregado em estudos exploratórios sobre o campo a ser pesquisado. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 71)

Sendo a observação a principal metodologia para esta pesquisa, aliada a técnica de entrevistas e a análise de dados realizada a partir dos discursos coletados através de gravações e registros em diário de campo.

A partir da adoção destas metodologias, a pesquisa possui aproximação entre a geografia e a antropologia para compreender as relações ancestrais e identitárias no espaço e território de poder da comunidade pesquisada. Pensando em atender o objetivo geral desta pesquisa, inerente à geografia e sua característica socioambiental as metodologias e técnicas adotadas devem buscar responder onde a comunidade de Boa Esperança exerce sua ancestralidade e resistência dentro do território espacialmente delimitado e afetivamente preservado. Para isso, as entrevistas semiestruturadas serão realizadas individualmente

Sendo assim, a pesquisa foi definida nos seguintes ciclos (MINAYO, 2001):

Fase exploratória: foi realizado levantamento bibliográfico sobre os principais conceitos que seriam abordados na pesquisa inicial (desde o projeto de pesquisa submetido em 2021) que eram o conceito de território e suas abordagens com os autores destacados anteriormente no parágrafo anterior. A pesquisa bibliográfica auxilia no processo de conhecimento sobre a comunidade que pesquiso sem a vivência prévia e seleção de autores que possam responder questões aliadas aos objetivos desta pesquisa, como por exemplo a potencialidade histórica que os quilombos brasileiros possuem na luta contra o racismo, apagamentos históricos e a sobrevivência da ancestralidade. Autores como Beatriz Nascimento ao definir quilombo a partir do coletivo negro auxiliam diretamente nas observações demandadas pelo objetivo geral desta pesquisa. Nesta etapa, legislações como a Constituição de 1988 também foram consultadas para melhor a configuração dos direitos quilombolas em escala nacional.

Coleta de dados: realizada através de entrevistas não estruturadas e semiestruturadas. Sendo a primeira tentativa de entrevista semiestruturada de forma remota, via aplicativo de mensagens, com um vereador do município de Areal no dia 26 de junho de 2021, porém, sem obter os dados do questionário, que era:

- 1- O município possui mapas que retratam a demarcação do quilombo?
- 2- Existe alguma rede de apoio municipal ou estadual ao quilombo?
- 3- O quilombo possui parceria com a prefeitura para a realização de atividades culturais internas ou externas?

No entanto, por ausência de resposta do entrevistado o questionário não foi concluído. Desta forma, a primeira coleta de dados via entrevista foi realizada no dia 29 de junho de 2021, de maneira presencial ainda em contexto de restrição devido a pandemia, foi realizada em um formato semiestruturado, gravada (com consentimento) com um técnico da EMATER em Três Rios que havia desenvolvido trabalhos voltados para estrutura e distribuição hídrica no quilombo e tentativa de projetos agroecológicos na comunidade. Tal aproximação ocorreu por contatos em comum. A entrevista semiestruturada foi baseada em 3 questões centrais:

- 1- Como é a organização da comunidade? Com esta questão o objetivo foi coletar uma percepção inicial de uma pessoa externa à comunidade sobre o território, uma vez que eu ainda não a conhecia e não tinha realizado contato com nenhum quilombola de Boa Esperança.
- 2- Quantas famílias possuem atividades econômicas exclusivamente dentro do quilombo? Já esta questão, foi pensada para um dos objetivos iniciais do projeto de pesquisa que visava compreender as relações entre os mais jovens e mais velhos da comunidade no âmbito da permanência e sustentabilidade do território. No entanto, com o desenvolvimento da pesquisa, tal observação não seguiu centralidade por esta ótica.
- 3- Você sabe projetos são desenvolvidos na comunidade? (festas e tradições)
Aqui o objetivo era situar a publicidade da ancestralidade da comunidade expressada em festas, ritos e eventos.

No entanto, por ser uma entrevista semiestruturada, ela seguiu com outras questões e apontamentos que poderiam complementar as coletas iniciais, principalmente nos momentos nos quais o entrevistado trazia sua percepção sobre o funcionamento do quilombo. Sendo, dados sobre a organização das casas do quilombo e a produção agrícola foram coletados, foi

neste momento que a primeira percepção generalizada sobre o que um quilombo deve ser foi apresentada.

“A comunidade não possui muitas atividades culturais, ou uma organização de um quilombo em si. Tentamos resgatar algumas festas, mas não conseguimos” (entrevista realizada em junho de 2021)

A partir desta fala, o segundo objetivo específico desta pesquisa ganhou ainda mais destaque, além de reforçar a necessidade de trazer bibliografias que rompem com as generalizações sobre o ser negro e quilombola. Ainda no dia 29 de junho, foi estabelecido o contato com outras pesquisadoras de aspectos de Boa Esperança, com as quais foi criada uma rede que resultou em um campo coletivo realizado no dia 16 de julho de 2021, através dessa articulação foi possível acessar a liderança quilombola de Boa Esperança do período. Em março de 2021, o contato foi retomado com o vereador já citado, desta vez, foram coletados dados referentes a região do município que Boa Esperança está localizada, tomando conhecimento de que está localizada em uma área rural assim como o bairro vizinho- Vila Dantas. Em julho, antes da concretização do campo agendado, o ciclo da pesquisa foi seguido a partir da apresentação pessoal e da pesquisa para a liderança quilombola através de mensagens por aplicativo(virtual), O campo realizado no dia 16 de julho de 2021 marca a primeira coleta de dados realizada na comunidade, sendo baseada em uma observação assistemática.

Essa metodologia para coleta de dados iniciais na comunidade foi escolhida devido a falta de conhecimento prático sobre o território visitado, pela ausência de contato pessoal no território, sendo assim possível formular as primeiras percepções sobre a comunidade de maneira livre. Após esta observação, um novo contato com a liderança quilombola foi feito no dia 26 de julho de 2021 em busca de documentos e fotografias que foram mencionadas durante o campo, arquivos esses que não eram possíveis de acessar via internet. Logo, novos campos foram organizados em busca desses dados. Sendo assim a pesquisa foi estruturada através de um modelo sobre as entrevistas realizadas da seguinte forma:

Quadro de direcionamento de entrevistas sobre o Quilombo de Boa Esperança- Areal, RJ

Tipo de entrevista	Entrevistados e entrevistadas	Meio (presencial ou remoto)	Ciclo/fase da pesquisa
Semiestruturada	Técnico da Emater e liderança quilombola	Presencial	Exploratória e trabalho de campo
Não estruturada	Liderança quilombola	Remoto	Exploratória
Estruturada	Representantes municipais(vereador)	Remoto	Exploratória
Em profundidade-tópica	Liderança quilombola e moradores mais antigos do quilombo.	Presencial	Trabalho de campo e tratamento do material

Quadro 1. Fonte: autoral

Através desta organização, foi possível destacar que em alguns momentos as etapas de trabalho de campo acompanharam o tratamento do material, ou ainda, análise de dados. A análise de dados ou tratamento do material partem dos dados coletados via entrevista de profundidade que aqui se aproxima do modelo de análise de discurso. Sendo ela necessária para analisar os conteúdos coletados em campo, ou seja, as falas, os contos e as delimitações apontadas sobre território serão analisadas de maneira a compreender esses sujeitos através do seu lugar e sua cultura(imaterialidade) de forma holística e cuidadosa.

As demais análises foram feitas a partir das interpretações das observações e igualmente das anotações de campo e gravações. Destacando sempre a centralidade das percepções dos observados e entrevistados, mesmo em situações interpretativas, principalmente daqueles que constituem a comunidade de Boa Esperança e retratam suas vivências e memórias sobre o território destacando os aspectos observados em campo, pois “a observação – estimulada pela teoria e armada de métodos analíticos e sutis – que nos dará os meios de entender a gênese e a estrutura das representações sociais in situ.” (De ARRUDA, S.L; BELLINI, M. 2011).

Para a construção teórica desta pesquisa foi necessária a busca de referenciais que elucidam os conceitos principais e gerais que moldam a escrita sendo os principais: território pelo aspecto clássico da materialidade das relações de poder, como Claude Raffestin (1993) e Rogério Haesbaert (1995), território imaterial e territórios decoloniais baseado em lutas e perspectivas do campesinato brasileiro, sendo centrais para essa pesquisa- Munir Jorge Felício (2010), Rogério Haesbaert (2021), construindo um diálogo com territórios étnicos aliado aos estudos de José Maurício Arruti (2008) trazendo perspectivas sobre a formação de mocambos e quilombos no Brasil, assim como Clóvis Moura (1972) para discutir questões étnico-culturais negras na formação do território nacional.

É importante destacar que a escolha dos autores acerca do conceito de território, embora em alguns momentos apresentem percepções contraditórias, foi feita para dar suporte para a compreensão da complexidade inerente à luta contra- colonial e os territórios de resistência sendo postos de forma crítica ao contexto aqui apresentado.

Além das questões conceituais sobre a construção do território, há a necessidade de compreender as injustiças ambientais e para isso a definição de Henri Acserald; Cecília Campello Amaral e Gustavo das Neves Bezerra (2009) e Selene Herculano e Tânia Pacheco (2006) para a abordagem de racismo ambiental são bases. Assim como para dialogar sobre o racismo e sua estrutura no Brasil, Sílvio Almeida(2019), Clóvis Moura(1972) e Frantz Fanon (1959) foram consultados e auxiliaram no processo de como abordar essa temática sem apagar a história negra como se ela fosse iniciada a partir da colonização, sendo assim, a negritude como identidade foi introduzida pelos escritos de Beatriz Nascimento(1977) e Abdias do Nascimento (1980) para o entendimento do quilombismo como traço crucial para a manutenção do ser negro e suas diferentes identidades, lutas e existências de seu território imaterial e ancestralidades, além de Hall (1997) para a definição das diferentes formas de identidades capazes de configurar as noções territoriais propostas nesse estudo. Desta forma, a pesquisa buscou uma aproximação entre a geografia e a antropologia para compreender as relações ancestrais e identitárias no espaço e território de poder da comunidade pesquisada.

Para conhecer os aspectos históricos de formação e luta pela titulação das terras de Boa Esperança, o Relatório Antropológico (RTID) de Boa Esperança realizado pelo INCRA (2018) foi consultado em todas as etapas realizadas a partir do segundo semestre de 2022, período que tive acesso contínuo ao documento, que se tornou além da oralidade, o principal

documento utilizado para análises. O levantamento bibliográfico para esta pesquisa baseou-se nas diferentes definições conceituais das temáticas que serão abordadas, principalmente sobre quilombo e território, nas potencialidades inerentes às discussões territoriais e nas literaturas que discutem as injustiças ambientais no Brasil. Com o intuito de articular os fenômenos e processos observados sobre a comunidade quilombola de Boa Esperança.

Por fim, cabe contextualizar a organização dessa pesquisa. Ela foi organizada em capítulos que objetivam situar o leitor sobre o papel dos quilombos quanto primeiro movimento negro de resistência ao domínio colonial, o que configura a ação contracolonial, resistindo como territórios decoloniais, aspectos esses trabalhados no capítulo 2 com a visita e discussão sobre os conceitos de quilombo. Já no título seguinte (3) é feita a caracterização dos quilombos como movimentos sociais de lutas contracoloniais. No capítulo 4, são apresentados aspectos de formação da Comunidade Quilombola de Boa Esperança, pautada em processos históricos, econômicos, territoriais e organizacionais atuais partindo da história oral que remonta o surgimento da comunidade e as primeiras etapas de observação. Em sequência, há a caracterização do território da comunidade e apontamentos desafios comuns entre a questão quilombola e Boa Esperança no que tange as injustiças e vulnerabilidades apresentadas. Por fim, são apresentados apontamentos conclusivos sobre a pesquisa, reforçando o dinamismo quilombola e suas potências baseadas da existência e na r-existência ancestral.

Em suma, ao todo foram realizados: um trabalho de campo em 2021 (junho), três trabalhos de campo em 2022 (junho, julho e novembro); totalizando quatro regiões conhecidas, dentre elas, duas presentes no relatório antropológico como comum às memórias coletivas da comunidade- Morro da Força e Morro do Tira Manha, além da área externa da escola e do posto de saúde, a represa e a área externa da Capela de Nossa Senhora da Conceição. Totalizando um grupo de oito quilombolas entrevistados e/ou observados. No campo, ocorrido em novembro de 2022, foi realizada, de forma conjunta ao grupo de caminhantes e pesquisadores da “Com vivência Pedagógica”, uma proposta formativa de educadores e educadoras ambientais elaborado pelo GEPEADS/UFRRJ, que no período dessa pesquisa não foi concretizado. Nessa experiência foi possível praticar a análise do convívio com uma família da comunidade, com um pernoite e diálogos não estruturados sobre a vivência no território, os desafios, os prazeres, as histórias e a percepção do ser quilombola.

2 QUILOMBO COMO CONCEITO VIVO E PLURAL

De origem angolana, no quimbundo quilombo significa lugar de morada ou acampamento (GREEB et al., 2014), porém, no Brasil o conceito de quilombo passa por diferentes ressignificações o que o torna amplo e complexo, diante disso, o quilombo é entendido e desenvolvido conceitualmente como território de manutenção de costumes, crenças e cultura de povos. Dessa forma, é adotada a redefinição trazida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 definindo o termo “remanescentes quilombolas” no art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003:

“Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” (BRASIL, 2003)

E o reconhecimento de suas terras através do art. 68 do ADCT da Constituição e do Decreto Federal n.º 4.887 de 2003² o qual estabelece uma visão do quilombo a partir a autodefinição, ampliando o reconhecimento de comunidades quilombolas como Marques, 2008 pontua:

“Tal ressemantização nos interessa, pois permite aos grupos que se auto-identificam como remanescentes de quilombo ou quilombola uma efetiva participação na vida política e pública, como sujeitos de direito. Além disso, a referida ressignificação afirma a diversidade histórica e a especificidade de cada grupo”. (MARQUES, 2008.p. 346)

A ressignificação do conceito possibilita uma compreensão menos reduzida do que ele é quanto território e lugar, pois ele não mais é visto apenas como um assentamento estabelecido por negros fugidos envolvidos em lutas diretas, visão inclusive, que colocou o quilombo e o quilombola em uma posição marginalizada e criminalizada. Sendo capaz de estabelecer uma interpretação não “frigorificada” (Almeida, 1996). Apesar de carregar a palavra remanescente, que em definição literal, é “o que sobra” esses povos não devem ser definidos por uma lógica estigmatizada que os coloca em isolamento, em preterição, mas sim,

² Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

por suas territorialidades, patrimônio material e imaterial que são dinâmicas e com demandas atuais.

“Na versão ressignificada, o termo remanescentes de quilombo exprime um direito a ser reconhecido em suas especificidades e não apenas um passado a ser rememorado. Ele é a voz da cidadania autônoma destas comunidades” (MARQUES, 2008.p. 350)

Por enfatizar a voz dos indivíduos que compõem a comunidade ouvida nessa pesquisa, o termo usado é o de quilombo por ser a forma com que se reconhecem, porém, considerada a perspectiva de um território vivo e dinâmico em constante luta e resistência às ameaças atuais impostas pelo econômico e as políticas ofensivas sobre o reconhecimento de terras no Brasil atual. A definição territorial geográfica e antropológica são de suma importância para os quilombos, independente da forma com que ele foi estabelecido (seja por lutas, fugas ou doação de terras). ARRUTI, 2008 ao retomar documentos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) apresenta quilombos como essa extensão evidenciando a importância do território, da territorialidade:

“[...] eles seriam caracterizados também por alguns traços substantivos, todos relativos à sua territorialidade, como o predomínio do uso comum e a utilização dessas áreas obedecendo à sazonalidade das suas atividades produtivas ou outras[...]” (ARRUTI, 2008).

Os conceitos e as teorias territoriais aplicadas à realidade da comunidade quilombola foram pensados a partir da demanda de elucidar interpretações diversas sobre o significado de quilombo, se desvencilhando da visão contaminada pela lógica colonial, que retratava os quilombos como espacialidades análogas a organizações criminosos; ou ainda, que veem o território e seus indivíduos a partir de uma análise superficial.

Portanto, estas revisões foram e são necessárias tanto para melhor definir as especificidades de cada um, quanto para formalizar as lutas e os direitos dessa população. Partindo da definição clássica colonial, que encaixava os quilombos como organizações marginais ao tom de criminalidade no período colonial, que os definia como:

Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles. (Resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740). (MOURA, C. p. 87)

Tal interpretação reduz a pluralidade dos povos e criminaliza a formação de quilombos quanto movimento social de luta e resistência ao sistema escravista do período. Desta forma, criou-se um imaginário de que os quilombos necessariamente possuem um mesmo ponto de partida, uma mesma definição, uma única característica. Porém, os quilombos possuem formações e articulações diversas flexíveis, por se tratar de territórios de produção e reprodução cultural de diferentes povos da diáspora africana. Neste sentido, Clóvis Moura, pontuando estudos de Édson Carneiro, traz os quilombos como formas de luta dos escravizados, como um desdobramento de guerrilhas do período escravista:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. (MOURA, C. p. 87)

Compreender os quilombos pela ótica de movimento social, de resistência, é crucial para entender as suas pluralidades e romper com as diferentes formas de racismos que insistem em uma única face do ser negro no Brasil. Sendo um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988,

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

No texto do Projeto de Lei do Senado Número 129 de 1995, que regulamenta o processo de titulação de terras de remanescentes de quilombos, explicita uma definição que pode ser entendido como um quilombo, porém, levanta que para o reconhecimento destas terras não se deve ter uma ótica “paradoxal”:

Os quilombos, como se sabe, constituem a saga mais comovente da raça negra em nosso País, materializada em esconderijos onde centenas de escravos se refugiavam da opressão e da violência produzidas pelos primeiros colonizadores. Formas primitivas de organização comunitária, sediadas no meio da mata bruta, essas povoações fundavam-se na solidariedade e no respeito mútuo socializando a produção e o trabalho, e esboçando os primeiros sinais de uma República inteiramente justa no Brasil. (Projeto de Lei do Senado, nº129. 1995)

O texto escrito pela Senadora Benedita da Silva, se encerra com intuito de que haja “enriquecimento” das iniciativas apresentadas, como um processo evolutivo, visto que havia

(e há) a necessidade de entender as demandas destas comunidades, sobretudo unida ao Movimento Negro e pontuar questões correspondentes à pluralidade do ser negro, do ser quilombola no Brasil.

Considerando-se o elevado alcance social da lei pretendida, e a condição económica dos beneficiários, nenhum desses requisitos há de ser tomado por paradoxal, como estorvo à efetivação de pretensões legítimas ou de direito notório e tradicionalmente exercido. (Projeto de Lei do Senado, nº129. 1995)

Ainda considerando os aspectos legislativos sobre a delimitação e reconhecimento de terras, é importante destacar que em todo o processo os quilombos são essencialmente reconhecidos e lidos pelo aspecto cultural contido em seu território, que nesta pesquisa trataremos como imaterialidade. Como explicitado no Projeto de Lei Nº 627 de 1995, apresentado por Alcides Modesto e outros:

Art. 13º São assegurados o reconhecimento e o respeito à identidade e aos valores culturais dos remanescentes de comunidades de quilombos, e ao seu modo de criar, fazer e viver. (Projeto de Lei do Senado, nº627. 1995. Título III)

Diante destas colocações é necessário discutir a importância dos movimentos sociais, negros, que criaram os primeiros quilombos como resistência ao sistema escravista, os que estiveram presentes na tensão sobre o Estado de reconhecer esses territórios como importantes para a memória e respeito aos povos negros trazidos ao país e que traduziram esse espaço com a ótica da liberdade no momento de consolidação da Constituição Federal de 1988 e os movimentos atuais, que discutem a pluralidade dos quilombos. Dessa forma, o conceito de quilombo se traduz como vivo, de luta constante e de características múltiplas em constante necessidade de releitura e rompimento com a visão racista de unidade(generalizada) sobre estes territórios e seus povos. Não como algo estático, “restante” e sim como um território de lutas.

Para esta pesquisa, coube discutir os quilombos a partir de suas territorialidades e as dimensões deste conceito geográfico(território) e as discussões antropológicas sobre o conceito de quilombo, assim como o direito e o reconhecimento destas terras se dão.

Logo, ao chegar em Boa Esperança foi necessário interpretar a comunidade por uma perspectiva de Quilombo trazido por Beatriz Nascimento, ou seja, uma instituição pré-diaspórica na qual cada casa visitada, cada indivíduo entrevistado, cada quintal é uma

representação do ser quilombola por ser um agrupamento de lutas sim, mas não só, é uma organização social que não se reduz ao período colonial- de fuga, mas que mantém sua importância territorial e identitária.

A importância do Quilombo hoje para a consciência do negro está justamente nessa busca de autonomia cultural de vida e não somente autonomia da escravidão de séculos passados é uma autonomia com homens que pretendem manter a sua estrutura cultural e a sua estrutura racial. (NASCIMENTO, 1977, p. 130)

Desta forma, para a geografia é possível interpretar o quilombo como um território decolonial, com distintas interpretações e identidades. Boa Esperança é um retrato da necessidade em explorar o conceito de quilombo para além da perspectiva colonial, pois ali não falamos da resistência da fuga do senhor de escravos, mas sim, da resiliência e luta contra o racismo estrutural sistêmico da região e do país. Desta forma, aqueles que estão alheios às discussões e definições em torno do conceito de quilombo de maneira decolonial e pré-diaspórica, podem ter dificuldades em entender a organização feita na comunidade como quilombola, sendo de suma importância discutir geográfica e socialmente as diferentes formas de ser e existir quanto quilombo.

Então o Quilombo eu quero ressaltar aqui mais uma vez, é hoje em dia é muito mais um instrumento ideológico para a luta do negro do que um instrumento, como foi no passado, de rebelião. É um instrumento de autoafirmação, um instrumento de compreensão de que você, de que o homem negro, é um homem capaz como qualquer homem, que ele formou quilombos não somente por causa dos castigos corporais. Ele fugiu, ele matou, ele matou os senhores, ele se suicidou, as mulheres abortavam, houve várias formas de luta, mas a organização quilombo, que tem uma raiz africana no sentido que significa união daqueles que são iguais, então, o quilombo ainda existe hoje e é ele quem vai nos dar toda a possibilidade de repensarmos o nosso papel dentro da história do Brasil como homens capazes de ser livres e que realmente lutaram pela sua liberdade de todos os meios possíveis[...]. (NASCIMENTO, 1977, p. 131)

A partir disso, são trazidas as percepções de Hall (1994), um importante teórico cultural e estudioso da diáspora, que contribui para a compreensão da identidade, particularmente no contexto das sociedades contemporâneas marcadas pela diversidade cultural e pela globalização. Ele não se limitou a uma única definição de identidade, trazendo centralidade ao conceito aqui entendidas como:

Identidade como Processo e Construção: a identidade não é uma característica fixa e inerente a um indivíduo ou grupo, mas sim um processo em constante evolução. Sendo ela algo construída por meio de interações sociais, discursos culturais e práticas históricas. Nesse sentido, a identidade é moldada e redefinida ao longo do tempo e em diferentes contextos.

Hall(1997) também destacava que as identidades são construídas em relação às diferenças culturais e sociais. Enfatizando como os indivíduos desenvolvem o pertencimento e significado em meio à multiplicidade de influências culturais. Abordando a identidade como algo híbrido, influenciado por várias influências e elementos culturais.

Identidade e Representação: importância da representação na formação da identidade. Argumentando que as identidades são frequentemente construídas através de discursos, imagens e narrativas presentes na mídia, na cultura popular e em outras formas de comunicação. As representações podem influenciar como as pessoas se veem e como são percebidas pelos outros.

Identidade e Diáspora: a compreensão da identidade no contexto da diáspora, explorando como as experiências de migração e deslocamento afetam a construção da identidade. Com a análise de como as pessoas da diáspora constroem identidades que estão enraizadas tanto nas culturas de origem quanto nas culturas de acolhimento.

Com esse entendimento, ao analisar a materialidade e imaterialidade de Boa Esperança é importante considerar tais processos de formação e identificação das identidades, para além, é importante considerar os quilombos como territórios de diáspora em que há a resistência e a construção contra e decolonial dos saberes ancestrais e geracionais. Para isso, de forma conjunta, é preciso evocar essas construções a partir da alteridade entre o hegemônico e o contrahegemônico:

“No caso da identidade quilombola, a negação tem, na definição do Conselho Ultramarino em 1740, o registro que marca a identificação desse Outro no sistema colonial: —negros fugidos. A alteridade, nessa visão, foi construída a partir da negação do direito desses grupos aos territórios construídos”. (GOMES, 2009, p. 36.)

2.1 TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS ANCESTRAIS

Os territórios possuem identidades físicas e culturais, as quais algumas serão abordadas nesta pesquisa a partir das vivências da comunidade quilombola de Boa Esperança-Areal/RJ. Nesta pesquisa o conceito de território será entendido nas dimensões políticas e culturais (HAESBAERT, 2004) para que desta forma seja possível compreender as percepções próprias da comunidade sobre o seu território.

Logo, há a compreensão de que os quilombos utilizam do espaço geográfico (RAFFESTIN,1993), território material delimitado cartograficamente para reprodução de seu território imaterial indissociáveis pela vivência e história coletiva, que nessa pesquisa são considerados como aqueles dados a partir dos discursos que compõem o espaço social e composição de sua identidade territorial, como exemplificado no trabalho de Felício (2010) ao trabalhar o território imaterial do campesinato:

“No território material desenvolve a luta pela terra na defesa da vida e da produção camponesa e no território imaterial desenvolve a luta pela disputa de espaço político criando suas próprias representações e significados.” (FELÍCIO, 2010)

No território imaterial quilombola se manifestam os traços da ancestralidade, das vivências, das memórias, da cultura. Aqui entende-se a ancestralidade como a raiz de uma comunidade:

“A ancestralidade é a nossa via de identidade histórica. Sem ela não sabemos quem somos, nem o que pretendemos ser.” (OLIVEIRA apud GREEB et al., 2014, p. 11):

Com base nos escritos citados surge o recorte de compreender o papel, a influência, dos processos raciais históricos trazidos pela colonização- como o racismo e as possíveis injustiças socioambientais contidos sobre o território material e imaterial das comunidades negras e quilombolas e quais são seus resultados identitários.

“[...]toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Ao observar comunidades quilombolas presentes em cidades como Areal e em processo de industrialização, como o caso da comunidade quilombola de Boa Esperança localizada na região serrana do estado do Rio de Janeiro, é possível observar como o território

de poder trazido pelas imposições e generalizações impulsionadas pelo capital hegemônico promovem uma desterritorialização (HAESBAERT, 1999) não apenas do território material, mas sim da territorialidade e identidade territorial dos discursos que se desencontram do grupo originário da comunidade e se encontram com o hegemônico e comercial, descaracterizando (em partes) esse grupo.

Portanto, para essa discussão faz-se importante compreender a noção de território como um conceito crucial para a reprodução cultural de um grupo, como Medeiros (2009) apresenta:

“O território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo” (MEDEIROS, 2009)

Neste sentido, o território material faz parte das relações sociais, do espaço relacional do que aqui discutimos como território imaterial. Uma vez que uma comunidade é retirada de seu território tradicional, ou quando ele é reduzido e invadido, sua reprodução cultural é ameaçada, o seu território imaterial passa pelo processo de desterritorialização.

Percebe-se que, tais comunidades são expostas a diversas injustiças socioambientais, mesmo que neste momento da pesquisa a comunidade assistida não relate problemáticas do gênero, é importante destacar discussões sobre o “racismo ambiental” e injustiças ambientais, sendo que o primeiro possui origem conceitual recente nos Estados Unidos, sendo inserido na discussão sobre justiça ambiental em resposta de apontamentos do Movimento Negro do país. O termo se relaciona à desproporção em que as injustiças ambientais atingem as diferentes etnias, evidenciando que aquelas que são consideradas minorias são mais vulneráveis às injustiças ambientais. São questões importantes por exemplificarem as dimensões que o apagamento (a tentativa de) expõe toda uma comunidade a problemáticas de extermínio.

No entanto, de forma coerente à proposta de uma discussão que busca uma leitura que se distancia da visão colonial, sobre os quilombos, aqui também serão adotadas definições sobre o conceito de território que sejam descoloniais. Desta forma, guiando-se pelos escritos de Quijano (1992; 2010), Souza (1995; 2013) e Haesbaert (2021) o território é percebido pelas relações de poder, as quais se desdobram na materialidade e imaterialidade do espaço

apropriado (GIMÉNEZ, 2005) poder e potencialidades contidas nas comunidades em contrapõem os sistemas hegemônicos. Tomemos como ponto de partida a crítica sobre a colonialidade, a hegemonia, a qual moldará as relações de poder no mundo capitalista europeu sobre outros continentes e nações em que as comunidades quilombolas como movimentos sociais fazem enfiamento histórico. Pontuando questões importantes para a compreensão da relação entre cultura hegemônica e a generalização dos quilombos. Portanto, é necessário trazer a seguinte colocação sobre a colonialidade:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. (QUIJANO, 2010)

Logo, é possível adaptar as formas de poder surgidas a partir da colonialidade, que aplica a hegemonia do colonizador sobre o colonizado (racializado, “o outro”), ao que ocorre no Brasil sobre seus quilombolas, negros e indígenas. Pois, apesar de ser um país latino, possuímos uma sociedade estratificada pela raça, em que há uma raça que domina as estruturas da definição territorial e econômica do país, o que gera problemáticas como o racismo estrutural e injustiças socioambientais.

Esses aspectos materializam o poder no espaço, ou seja, caracterizam as definições materiais do território. Sendo essencial essa breve discussão sobre o poder, visto que o território material adotado ao longo da pesquisa se baseia na definição que o coloca como “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por relações de poder” (Souza, 1995.p. 78). E, por se tratar de uma escrita crítica, é necessário pontuar um outro aspecto relevante sobre este conceito dentro da materialidade: a materialidade precisa da identidade para existir! Identidades as quais possuem poder para territorializar e pertencer. Portanto, a visão indissociada sobre a imaterialidade e materialidade são potentes na luta contra hegemônica.

Mesmo nesse contexto, faz se necessário compreender quais identidades são silenciadas para a existência de um território hegemônico.

O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território(...). (Souza, 1995.p. 84)

Se apropriar dessa dimensão cultural, da identidade contida no território é o ponto crucial de entendimento sobre as percepções de ocupação do Quilombo de Boa Esperança, como os espaços ainda não delimitados são compreendidos como territórios pela e desta comunidade, pelas memórias, histórias e afetos ali presentes.

(...)ao contrário das geografias de matriz eurocêntrica, especialmente a anglo-saxônica, que prioriza as propriedades jurídico-políticas do território, a partir da ação dos grupos hegemônicos, na América Latina ele é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social. (HAESBAERT, 2021, p. 161)

Portanto, pensar neste conceito para além do poder trazido pela colonialidade, pela hegemonia, exige percebê-lo como potencialidade de romper com generalizações e, principalmente com a visão racista colonial que insiste em se renovar no Brasil. Para elucidar, foi buscada a definição de território com r-existência trazida por Haesbaert (2021). Com a proposta de alinhar o conceito de quilombo como uma afirmação não colonial, que resgata e mantém viva as tradições e saberes expressa em diferentes escalas (do corpo ao território político) elucidado por Beatriz Nascimento, o quilombismo de Abdias Nascimento e o conceito de território e poder trabalhados por Quijano (2009) e Haesbaert (2021), sendo importante compreender as diferentes percepções sobre o poder de e sobre territorializar. Pois:

Precisamos superar a abordagem colonial do poder que ignora o contexto “natural” em que ele está inserido, a interação permanente com essa espécie de geopoder –ou, muito simplificada, ‘forças da natureza’–. Por esse desdém é que a colonialidade capitalista também despreza e pode delegar à extinção aqueles cuja vida depende intimamente dessa interação, muitas vezes impregnada de espiritualidade –em uma total indissociabilidade entre humano e não-humano, ‘sociedade e natureza’. (HAESBAERT, 2021, p. 112-113)

E só a partir de interpretações sobre o poder ancestral, definidor das raízes quilombolas que vinculam e tornam o território um lugar do negro e da negra de manterem suas memórias vivas, é possível dar o tom para as diferentes dimensões territoriais que proponho para a análise de Boa Esperança.

A conceituação de território em nosso contexto vai muito além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência de grupos subalternos, habitantes

de periferias urbanas (especialmente descendentes de negros e indígenas) e, de modo culturalmente mais amplo, os povos originários em seus espaços de vida. (HAESBAERT, 2021. p.161)

Sendo improvável separar o movimento negro e os movimentos sociais rurais da luta quilombola, das conquistas que vieram e ainda virão sobre o reconhecimento e respeito sobre suas terras.

Embora não seja a questão principal desta pesquisa, a indagação: Porque “r-existência” para se tratar deste quilombo? Pela raiz em comum de todos os quilombos: da luta, da busca por reconhecimento, sejam eles formados pelas fugas ou por doação de terras, há luta pela existência e ela deve se manter viva ou resgatada. Sobretudo, em um contexto de necropolítica (Mbemb, 2011) e a necessidade de interpretar os territórios quilombolas como anticolonial em uma perspectiva decolonial.

A colonialidade do poder, embora muito mais visível na necropolítica territorial, precisa ser combatida em todas essas esferas. Nesse sentido, de modo sucinto, descolonizar seria lutar ao mesmo tempo: contra o poder disciplinar que classifica e orienta o comportamento dos corpos individuais, racializados e “generificados”; contra o biopoder que, controlando a mobilidade da “população”, seleciona aqueles cuja vida deve ser cuidada e preservada; contra o necropoder que legisla e sentencia aqueles que devem morrer (por sua condição de classe, raça, gênero[...]). (HAESBAERT, 2021, p. 112)

Para compreender os territórios quilombolas, nesse contexto, o conceito de Terras de Preto ou Terras de Santo foi analisado e apropriado para a abordagem contracolonial, com o intuito de elucidar a importância da ancestralidade para a construção e delimitação do espaço através das relações de poder e de conhecimento que o histórico, identitário, dessas comunidades no processo formativo deste.

Para tal, foi considerado Terras de Preto como aquelas que representam uma dimensão intrincada e fundamental na preservação da imaterialidade dessas comunidades tradicionais no Brasil. Essas áreas têm raízes profundas na história do país, emergindo como espaços de resistência, cultura e identidade ao longo de séculos de opressão racial e social. A importância das Terras de Preto vai além da mera delimitação geográfica ou cartográfica, elas são capazes de abranger aspectos imateriais que se entrelaçam com a memória coletiva, as práticas culturais, as relações sociais e as narrativas de um povo que lutou para preservar sua dignidade e herança cultural.

O termo evoca a história de luta e sobrevivência das comunidades quilombolas, formadas por descendentes de africanos escravizados que fugiram da opressão nas plantações

e buscaram refúgio em áreas remotas do país. Esses espaços se transformaram em redutos de liberdade, onde culturas africanas se entrelaçaram com as influências locais, gerando expressões únicas de religião, música, dança e formas de organização social.

Considerando os aspectos diaspóricos, dimensionar os territórios quilombolas como Terras de Preto ou de Santo configuram as memórias como cruciais pontos de resistência e sobrevivência da coletividade ancestral das comunidades independente dos seus processos de formação pelo processo de autoafirmação por uma definição afrocentrada do que são os quilombos.

Em Boa Esperança, ao entrevistar uma das Griôs da comunidade, Dona Emília- em julho de 2021, foi possível observar como as raízes ancestrais através de cantigas, festividades e contos estão presentes na formação individual e coletiva do Quilombo. Citações que envolvem “o tempo dos escravos” ou “antigos”, festas que ocorriam na Capela de Nossa Senhora da Conceição presente no Quilombo mesmo que as gerações não tenham vivenciado, ainda fazem parte da coletividade através das memórias. Cantigas como o “ABC da Leonor”, por exemplo, remontam delimitações e práticas que faziam parte do quilombo e cria a identidade para além do que é cartografado hoje. Histórias das parteiras de Boa Esperança também estão envolvidas pela identidade e coletividade da comunidade, a mãe de Dona Emília foi uma parteira que, “fez o parto de muita gente, dele mesmo (Celso, liderança quilombola, que acompanhava a entrevista). Ela descia de lá (Morro da Pedra) para acompanhar as mulheres” (Dona Emília, em entrevista realizada em julho de 2022).

Relatos como esse demonstram como as histórias contadas territorializam e ocupam o território, mesmo em áreas pouco ocupadas pela comunidade, mas que a comunidade nutre reconhecimento por essas memórias. Embora o conceito de Terras de Preto seja discutido, de forma mais ampla, no viés religioso aqui a atenção em discutir pela coletividade das definições imateriais do território além da religiosidade. No Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural de Boa Esperança, Mello (2018) identifica a importância da figura de Nossa Senhora da Conceição na comunidade, através dos relatos da comunidade, principalmente nos batismos em que muitas crianças receberam “Conceição” como segundo nome. Homenagem essa tecida pelo apreço de Domingos da Costa pela figura da Santa que resultou em festividades na Capela e posteriormente ao caso de um leilão ocorrido em Boa Esperança em que suas terras foram arrematadas por um fazendeiro que posteriormente cede as terras arrematadas para Santa, ou seja, ele devolve as terras de Boa Esperança para a construção da Capela no território atual do

Quilombo as terras voltaram para as mãos os quilombolas. Essa história foi contada por Dona Emília e organizada pelo relatório antropológico de 2018.

Em alguns depoimentos também foi mencionado que o dinheiro do leilão estaria vinculado “aquele dízimo que as pessoas falam” ou explicado como “dar o dinheiro pra santa”, que na verdade significaria dar à liderança da comunidade que “cuidava das terras” o valor para pagar os impostos e despesas que surgissem desta responsabilidade. (Mello, P.J.2018, p.73)

Nesse documento, Mello (2018) destaca a relação religiosa de Boa Esperança com Nossa Senhora da Conceição como característica das terras de preto ou de Santo, enraizada em um histórico cristão presente na comunidade. Diante disso, com os dados coletado e apresentados é observado que Boa Esperança também traz características possíveis de serem compreendidas como terras de preto através das ladainhas como ABC da Leonor, os contos relacionados ao morro da força e as ocupações históricas do morro da Pedra e as atividades desempenhadas no Morro Tira Manha, nas práticas de agricultura no quintal das casas do Quilombo além da produção ancestral de cana de açúcar que resistiu pelos conhecimentos populares daqueles que ocuparam e ocupam historicamente Boa Esperança. Nesse sentido, por melhor encaixar nas observações e leituras feitas em Boa Esperança ao longo da pesquisa, da percepção trazida por Miranda de Sousa Jr. (2011):

A identidade também é histórica, localiza-se em um determinado tempo. Nas terras de preto, remete-se a um passado, sendo através desse passado que se aglutinam, criam novas identidades e se fortalecem nas lutas atuais por terra, pelo direito de permanecer em seus territórios e o direito de ter direitos. (MIRANDA DE SOUSA J.R, 2011. p.9)

Portanto, a percepção trazida nessa dissertação considera as questões religiosas em volta da Capela de nossa senhora da Conceição na caracterização de território anticolonial de Boa Esperança no entanto não coloca como central visto questões contraditórias relacionadas a esse processo do leilão relatado para o relatório de 2018 e dados trazidos em entrevistas realizadas para essa dissertação qual é a liderança quilombola o período inicial da pesquisa(entrevista apresentada no capítulo “Quilombo que antecede o município: a comunidade de Boa Esperança). Sendo assim é importante ressaltar que a preservação da imaterialidade dos territórios quilombolas, logo, está profundamente vinculada à proteção e ao reconhecimento de sua identidade cultural e histórica.

As tradições transmitidas oralmente, as práticas religiosas, as festas, os rituais e os modos de vida dessas comunidades têm uma conexão inextricável com a terra que habitam. A relação simbiótica entre os quilombolas e seu ambiente é o que dá vida a essas práticas e rituais, moldando uma cosmovisão única que reflete a harmonia entre ser humano e natureza.

Além disso, as terras de preto desempenham um papel crucial na perpetuação da memória coletiva das comunidades quilombolas. Por funcionarem como locais de enraizamento, onde as histórias de luta, resistência e superação são transmitidas de geração em geração. Ao reconhecer e proteger esses territórios, o Estado e a sociedade desempenham um papel ativo na preservação das narrativas históricas dessas comunidades, contribuindo para a construção de uma consciência coletiva da importância cultural e social desses grupos.

As "terras de preto", enquanto territórios quilombolas, representam mais do que meros espaços geográficos delimitados; são guardiãs da imaterialidade das culturas e identidades das comunidades quilombolas. A sua importância reside na salvaguarda das tradições, dos valores, das práticas culturais e da memória coletiva desses grupos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa das múltiplas dimensões do patrimônio cultural brasileiro. Estando elas relacionadas a religiosidade ou não, elas revelam e reforçam a dimensão ampla e multifacetada das identidades quilombolas, indo além da mera associação com práticas religiosas específicas.

Enquanto é verdade que muitos quilombos têm uma ligação profunda com as religiões de matriz africana, é importante reconhecer que não é algo geral e que todas trarão esse traço, pois como já mencionado, os quilombos brasileiros são dotados de diversidade cultural e histórica que transcende as fronteiras religiosas e Boa Esperança é um exemplo dessa característica de não ser uma comunidade marcada pela centralidade em religiões de matriz africana. As práticas tradicionais de reza, parteiras e uso de plantas medicinais cultivadas nos quintais são parte da comunidade, porém sem nomear as religiões de matriz africana. Isso ocorre por não haver uma unidade ou consenso sobre a fé de seus integrantes, mas sim, um histórico comum sobre as memórias territoriais coletivas do quilombo.

Esse caráter é dado pois esse território também foi local de encontro e fusão de diferentes culturas e identidades, muitas vezes resultantes da interação das famílias que conquistaram essa terra. Nesse contexto, percepção de uma característica próxima do conceito de terras de preto, desvinculadas das religiões de matriz africana, pode ser entendida como um reflexo da adaptação e da assimilação das comunidades quilombolas ao longo do tempo.

Muitos quilombos foram palco de processos de hibridação cultural (Canclini, 2003), nos quais diferentes influências foram amalgamadas para criar novas formas de expressão.

Esse fenômeno pode ser observado em diversos aspectos, como na culinária (em Boa Esperança é expressada pela produção de rapadura principalmente), na música, nas danças e nas formas de organização social das comunidades quilombolas. A desconexão das terras de preto das religiões de matriz africana também pode ser interpretada como um esforço de resistência e de afirmação de identidade em um contexto no qual as comunidades quilombolas foram historicamente marginalizadas e reprimidas. Ao se desvincular de certos estereótipos e associações culturais, criticadas nessa escrita, as comunidades podem redefinir a própria narrativa, destacando outras dimensões de sua cultura e história que são muitas vezes negligenciadas e de lutas locais.

A existência de terras de preto não essencialmente vinculadas a essa característica da religiosidade ressalta a complexidade e a heterogeneidade das comunidades quilombolas. Enfatizando a importância de uma abordagem holística que reconheça as múltiplas facetas das identidades quilombolas, indo além de estereótipos e generalizações simplistas. A compreensão dessas diversidades contribui para uma representação mais completa e precisa das comunidades quilombolas, promovendo um diálogo intercultural mais enriquecedor e inclusivo.

Em suma, trazer tais discussões territoriais em uma abordagem negra, latina e ancestral pré e pós-colonial (conceitos que devem ser aprofundados nos próximos passos da pesquisa) não só contribui para a compreensão das dinâmicas de Boas Esperança, mas sim, para todas as vivências quilombolas que saem do padrão generalizador e tomo a liberdade de apontar como fabuloso de que todos os territórios e conquistas quilombolas brasileiros podem ser lidos a partir de uma única definição. Obre os indivíduos que compõem a área de estudo, apesar das referências que cito, não pretendo me apropriar do discurso de “dar voz aos invisibilizados” (Haesbaert. 2021. p.162), por compreender que pela metodologia que a pesquisa seguirá não terei uma imersão aprofundada para tal. No entanto, busquei ouvir e observar as percepções e vivências daqueles que deram e dão a existência para este quilombo.

3 QUILOMBO COMO MOVIMENTO SOCIAL AFRODIASPÓRICO NO BRASIL: TERRITÓRIOS CONTRACOLONIAIS

Com base na perspectiva de decolonização, a contracolonialidade busca desafiar as estruturas hegemônicas de poder que persistem mesmo após os processos formais de descolonização política aqui os quilombos são compreendidos como territórios que devem ser entendidos à parte do período colonial, fazendo com que suas definições e interpretações sejam afrocentradas, ou seja, partam da comunidade de forma dinâmica e plural, compreendendo que sua base de formação e pilar é a ancestralidade negra e não a colonização. Para Quijano (2009) , a contracolonialidade envolve a luta pela vida e a recuperação da dignidade, da solidariedade, da justiça e da igualdade. A contracolonialidade é profundamente enraizada nas experiências de comunidades historicamente subalternizadas, questionando os legados do colonialismo e as formas pelas quais ele continua a moldar a identidade, a cultura e as estruturas sociais. Na escrita de Fanon(1968), em "Os Condenados da Terra", destaca a importância da descolonização da mente e a busca pela autonomia intelectual e cultural das nações oprimidas.

A luta pela descolonização mental preconizada por Fanon (1968) e a luta pela afirmação territorial das comunidades quilombolas, portanto, encontram um ponto de convergência nas ações de resistência contra as opressões históricas. A demarcação e proteção dos territórios quilombolas, bem como a revitalização e celebração de suas práticas culturais, são uma forma tangível de combater a desumanização e a marginalização legadas pelo colonialismo.

O território é mais do que um espaço físico, é uma extensão da identidade cultural e histórica dessas comunidades. A contracolonialidade, portanto, transcende as fronteiras acadêmicas para influenciar movimentos sociais, políticos e artísticos que procuram dismantelar as hierarquias de poder historicamente enraizadas. Mignolo (2003) expande o conceito de contracolonialidade ao abordar a diversidade de epistemologias e conhecimentos produzidos fora do cânone ocidental. Elucidando a necessidade de descentralizar as narrativas dominantes e reconhecer a validade das perspectivas locais e indígenas, desafiando a hegemonia epistêmica do pensamento eurocêntrico.

Sendo assim, é preciso contextualizar sobre a organização que historicamente é e tem sido contrária as diferentes colonizações e processos de embraquecimento de suas raízes, que é o quilombo no Brasil. Aqui, quilombo como movimento social e presença territorial em todo o país. Sendo ele um conjunto de diferentes organizações territoriais afro-brasileiras com uma característica comum que é a resistência aos processos coloniais. Pontuando essa uma similaridade, mesmo compreendendo que cada quilombo tem a sua história, sua própria

organização e seus povos que constituíram e o constituem, no entanto, todos sofreram e sofrem com as problemáticas impostas pela colonização e tentativa de destruição daquilo que esses territórios representaram e hoje remontam, que é a identidade e memória da vida em África.

Tais processos de resistência e a busca por reconhecer a coletividade destes grupos, Abdias Nascimento (1984) dá o nome de Quilombismo, conceito de suma importância para romper com o que se espera ser um quilombo pela ótica branca e colonial, pois torna o quilombo como agente de um movimento social com diferentes estratégias de luta e autorreconhecimento, como um processo de construção e afirmação.

A este complexo de situações e significações, a esta práxis afro-brasileira de resistência à opressão e de auto-afirmação política, eu denomino quilombismo. (NASCIMENTO, 1980, p. 24)

O quilombismo emerge como um movimento contracolonial potente e interseccional no enfrentamento das injustiças raciais e ambientais, consolidando-se como uma abordagem holística que transcende as esferas históricas, culturais e políticas. A convergência dessas duas dimensões, racial e ambiental, dentro do quilombismo destaca sua relevância contemporânea e sua capacidade de abordar questões profundamente entrelaçadas de opressão e desigualdade.

De maneira essencial, o quilombismo como movimento contracolonial assume um papel central na contestação das estruturas de poder que perpetuam as injustiças raciais. Ao resgatar as raízes culturais e reafirmar a identidade negra afro-brasileira, as comunidades quilombolas estão desafiando a narrativa eurocêntrica que historicamente marginalizou e apagou suas contribuições. O quilombismo oferece uma plataforma para a afirmação de dignidade, empoderamento e autorrepresentação, contrapondo-se à subalternização e à invisibilidade impostas pelo colonialismo.

A resistência quilombista não apenas é capaz de denunciar as injustiças, mas também oferece soluções sustentáveis e comunitárias para os desafios enfrentados. Considerando que as comunidades quilombolas têm uma relação profunda com a terra e adotam práticas tradicionais de manejo ambiental que promovem a conservação dos recursos naturais. Essas abordagens eco-sustentáveis, enraizadas na sabedoria ancestral, servem como exemplos de como enfrentar as crises ambientais e raciais de maneira conjunta e que o quilombismo compreende ao trazer suas percepções sobre a apropriação do território de forma afrodiaspórica.

Diante disso, a geografia como ciência deve analisar os territórios quilombolas por uma perspectiva étnica- racial, na qual há um olhar sensível para as particularidades de cada comunidade e compreender que o quilombo é um território democrático e que as generalizações devem ficar de fora das análises territoriais de um quilombo. Portanto, para isso, a ciência tem o potencial de se apropriar de discussões que sejam comprometidas com a cosmologia das questões sobre o ser quilombola, sobre ocupar um quilombo como território de resistência ainda vivo e em constante mudanças e ressignificações; sendo necessário uma discussão sobre justiça racial, justiça ambiental e as interferências destes aspectos nas configurações territoriais, relações distintas de poder e como apesar da existência de uma Constituição que garante o reconhecimento destas terras e povo o Brasil ainda caminha a passos lentos para os processos relacionados as comunidades negra quilombolas rurais.

Neste tópico, além de atentar para o contexto do quilombismo, que guia todos os passos de definição e conceito de quilombo aqui adotados (desde a ida a campo à escrita apresentada) tem o compromisso de contextualizar as origens, distinções e similaridades entre os quilombos nacionais de forma introdutória para que a comunidade estudada de maneira central seja localizada conectada ao contexto nacional.

A definição do conceito, o reconhecimento das comunidades e a delimitação territorial de quilombos são pontos de tensão no Brasil, uma vez que foram negligenciados até a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, a qual irá reconhecer o direito à terra aos remanescentes quilombolas. No entanto, mesmo com a sua existência, a titulação de terras ainda caminha de forma lenta. Em 2018, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) publicou:

“Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que pela primeira vez na história brasileira se reconheceu um direito à terra específico para os quilombos, pouco se avançou na implementação da política pública de titulação. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), até o momento foram conferidos apenas 116 títulos de terras em benefício de comunidades remanescentes de quilombos, de um total de mais de 3000 comunidades já reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro, e de um total estimado de 6000 comunidades existentes no Brasil.” (CONAQ, 2018.p. 135)

Dessa forma, percebemos que existe um déficit relacionado a questão territorial quilombola no Brasil, que impossibilita a permanência e reprodução cultural desses povos em seu lugar. Além disso, as comunidades lidam com o isolamento e o apagamento histórico em

escala local, principalmente pela ausência de informações cedidas pelos órgãos municipais ou pelas estratégias de ocupação de áreas rurais por famílias e grupos de maior poder econômico, fazendo com os quilombos fiquem à margem. O que leva a saída de uma parcela da população da comunidade a sair do quilombo em busca de fonte de renda fora dele, ou faz com que a população fique concentrada em áreas em que recursos hídricos sejam de difícil acesso ou em áreas não agricultáveis.

Logo, há um processo de ruptura entre os quilombolas e a terra, um enfraquecimento dos ritos envolvendo, por exemplo, ervas nativas a redefinição de fronteiras afetivas cantadas em músicas e rodas de capoeira inerentes a imaterialidade do território. A identidade do ser quilombola é ameaçada e questionada já que as territorialidades são ameaçadas. A partir desse ponto, é possível perceber que em uma dimensão nacional, os quilombos passam por questões similares embasadas em processos raciais que o Brasil possui e que abrange todos os setores da sociedade. Portanto, os direitos territoriais, identitários e legais destas comunidades estão inseridas em um contexto de uma sociedade e um Estado racista, herdeiro dos processos coloniais europeus que promoveram o genocídio e etnocídio de povos negros e indígenas.

Mesmo os quilombos sendo espaços de re-existência negra, quando analisamos questões legais de reconhecimento e certificação de terras há uma barreira estatal e governamental. Estatal pelas definições constitucionais que colocam a responsabilidade da certificação das terras em instituições ainda instáveis como é a Fundação Cultural Palmares, instabilidades estas por ter sua organização atreladas aos governos nacionais vigentes. Portanto, se o governo federal ao longo do mandato não possuir responsabilidade social e racial com as comunidades negras e o Movimento Negro brasileiro, tais instituições podem sofrer desmontes, como por exemplo em 2020, que o presidente nomeado para a Fundação Cultural Palmares não reconhecia as demandas dos quilombolas e do Movimento Negro.

Como reflexo o país apresenta questões de risco para a sustentabilidade dos processos de reconhecimento territorial quilombola, no relatório organizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo(ABRAJI) e a Transparência Brasil é possível observar apontamentos e dados comparativos de raro acesso dentro da Fundação Cultural Palmares e nas páginas dos Ministérios responsáveis por questões relacionadas aos povos quilombolas, o primeiro apontamento que expressas o que foi escrito até aqui sobre os desmontes que as instituições podem sofrer é:

“As reformas ministeriais feitas em 2019 enfraqueceram ou esvaziaram a atuação dos órgãos envolvidos no processo de reconhecimento e titulação de

terras quilombolas. A Fundação Palmares foi transferida para o Ministério da Cidadania após o Ministério da Cultura, à qual era ligada, ter sido reduzido a uma secretaria da pasta de Turismo. A responsabilidade sobre o processo de licenciamento ambiental em terras quilombolas saiu das mãos da autarquia para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que atualmente é liderado por uma ex-deputada federal ligada ao setor do agronegócio - tradicionalmente contrário à titulação de terras para povos tradicionais, especialmente em áreas de interesse econômico”. (BARON; LOPES; SEIBT, 2021.p.07)

Em questões práticas, tais medidas resultaram em uma queda no ritmo das emissões de certificações e titulações de terras quilombolas desde 2019, indicando o período de desmonte (BARON; LOPES; SEIBT, 2021).

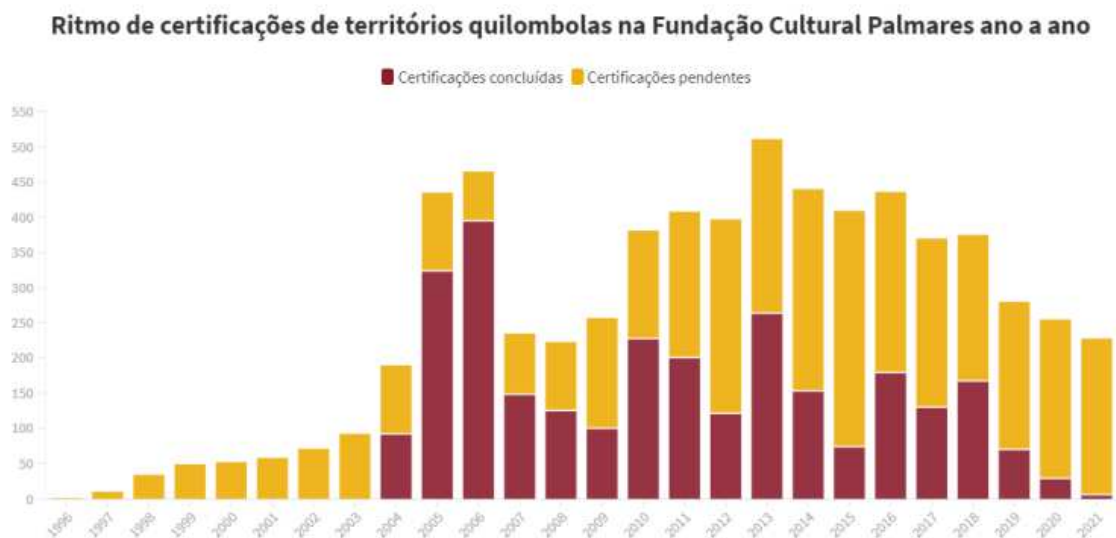


Figura 1- Fonte: Baron; Lopes; Seibt, 2021. p.16

Os dados apresentados pelos autores foram coletados no primeiro semestre de 2021. Para além das questões práticas territoriais, é possível alinhar estas informações aos traços racistas já citados neste tópico, porém, é válido nomear os tipos de injustiças raciais e socioambientais que são decorrentes deste déficit sobre o reconhecimento destes grupos.

Desta forma, o ponto de partida é pontuar o racismo institucional inerente ao racismo estrutural que molda a sociedade brasileira (ALMEIDA, 2019) e está relacionado às instituições nacionais responsáveis por administrar e representar a sociedade, no entanto, quando moldada ao histórico racista nacional o que existe é uma estrutura (racismo estrutural)

que desdobra em outras percepções sobre o racismo, sendo assim a estrutura evoca as disparidades institucionais relacionadas as questões de reconhecimento das comunidades, por exemplo. Por tanto, o racismo estrutural é a base para o racismo institucional que é um dos desafios para as comunidades negras. Almeida (2019) define o desdobramento institucional como:

“[...]a existência do racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições assim a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.” (ALMEIDA, 2019. p. 31)

Almeida identifica e analisa diversos tipos de racismo que estão presentes na sociedade brasileira. Ele examina como essas formas de racismo se manifestam e se entrelaçam nas estruturas sociais, políticas e culturais do país. Alguns dos tipos de racismo abordados por Almeida incluem:

Racismo Institucional: como as instituições, como o sistema de justiça criminal, a educação e os órgãos governamentais, muitas vezes perpetuam e reforçam desigualdades raciais. Isso pode ser observado em políticas discriminatórias, práticas de policiamento seletivo e falta de acesso equitativo a serviços públicos. **Racismo Cultural:** analisa como estereótipos, preconceitos e representações negativas das pessoas negras na cultura e na mídia contribuem para a perpetuação do racismo. Ele destaca como essas representações podem influenciar percepções sociais e atitudes individuais. **Racismo Estrutural:** esse é o conceito central de racismo. Ele argumenta que o racismo no Brasil não é apenas um conjunto de incidentes isolados, mas sim um sistema incorporado nas estruturas sociais e institucionais. Esse tipo de racismo é profundo e permeia todas as áreas da vida, resultando em desigualdades sistêmicas e persistentes.

Racismo Genérico: como o racismo muitas vezes é visto como um problema individual ou isolado, desconsiderando sua natureza estrutural. Ele aborda a importância de entender o racismo como um fenômeno mais amplo e complexo do que simples atitudes preconceituosas.

Racismo Interseccional: a interseccionalidade também é destacada, ou seja, a interação entre diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo, homofobia e outros, e como isso afeta de maneira desproporcional as pessoas que pertencem a múltiplos grupos marginalizados.

Portanto, todos os direitos legais das populações negras e quilombolas são deficitários em seu desenvolvimento e execução. Por isso, o racismo institucional é de suma importância para a compreensão sobre a maneira que os outros desdobramentos deste crime ocorrem no país, chegando até as discussões sobre justiça ambiental, no caso: injustiça ambiental-racismo ambiental aos moldes brasileiros principalmente nos casos quilombolas e indígenas, nos quais o direito à terra, necessária para reprodução e existência cultural e econômica dos indivíduos que compõem a comunidade. Dessa forma esses sujeitos ficam à margem de políticas públicas que garantem direitos básicos sobre seus territórios de origem e reprodução, como: saneamento, moradia, a segurança alimentar e a conexão com a sua ancestralidade. Isso ocorre devido à baixa ou ausência de representação de indivíduos destes grupos e escuta desses povos em posições de poder institucional, os colocando em uma posição marginal em um contexto que deveriam ser centrais.

Logo, os posicionamentos de uma classe hegemônica racial e econômica, que não consegue ou não deseja explicitar e compreender as demandas dessas comunidades são mantidos e reforçam uma herança colonial latente no país, a qual se mostra e faz presente em um projeto político das classes dominantes sobre minorias, sobretudo a negra e as rurais. Nesse contexto, o racismo ambiental e o institucional se complementam no bojo de uma estrutura/ base racista, visto que há um sucateamento tanto nas leis ambientais quanto àquelas de reconhecimento de comunidades tradicionais as quais, nesse texto, é exemplificada por comunidades quilombolas. O conceito de racismo ambiental será explorado de maneira mais abrangente em outros capítulos, porém, para seguir o padrão deste atual item que definiu brevemente o racismo institucional, pois o racismo ambiental retrata a sobrecarga de injustiças e vulnerabilidades que as populações negras recebem em seus territórios muitas vezes marginalizados por uma estrutura econômica e espacialmente excludente.

Portanto é válido ressaltar o processo de desterritorialização e reterritorialização dos grupos afrodiaspóricos e dentro do Brasil, ou seja, compreender que os quilombos são movimentos sociais de reterritorialização uma vez que os grupos negros trazidos para as Américas foram retirados do seu continente de origem- a África e aqui nas Américas na condição de escravizados foi necessário conhecer o território e reconhecer construir um lugar capaz de garantir a sobrevivência das territorialidades vividas em África.

O quilombo no sentido de organização social cultural e de memória assim como aquele que Abdias do nascimento resalta para elucidar o conceito de quilombismo que por sua vez não é uma particularidade do Brasil mas sim uma característica d dos grupos negros

em diáspora trazidos para o Novo Mundo, dessa forma, se a colonização desterritorializa essas pessoas da sua origem da sua negritude das suas memórias e de sua cultura a formação Quilombo territorializa e fortifica sua origem suas lutas e as vivências de diferentes gerações.

Desta forma, os dois desdobramentos racistas agem de forma conjunta, sendo o racismo estrutural base para todas as demais injustiças institucionais, sobretudo o racismo ambiental. Que aqui é interpretado a partir da definição a qual implica em um movimento de exposição de grupos racializados no Brasil com ênfase nos negros e indígenas à vulnerabilidades sanitárias e territoriais. Embora a comunidade em destaque trabalhada nessa pesquisa, até o momento que antecede a qualificação, não tivesse explicitado durante as entrevistas os impactos do racismo ambiental que ela sofre diretamente, com o amadurecimento da pesquisa e a inserção da comunidade em redes de apoio e eventos coletivos, as noções sobre o racismo ambiental sofrido foram relatadas sendo possível elencar processos de racismo institucional apresentados no apagamento que a comunidade sofreu ao longo de sua história municipal e regional.

4 QUILOMBO QUE ANTECEDE O MUNICÍPIO: COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BOA ESPERANÇA

O Quilombo de Boa Esperança está situado na zona rural do município de Areal, na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, ocupa uma área de 676, 791 ha ainda não titulados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas certificados pela Fundação Cultural Palmares com seus processos oficialmente iniciados em 2010.

Contrastando com o imaginário e estereótipos sobre a história de formação de mocambos e quilombos, que se baseiam na definição colonial de que esses lugares são construídos apenas a partir da fuga/ resistência de negros no período escravocrata, Boa Esperança surge a partir da doação de terras cedidas pelo senhor de escravos Domingos da Costa em 1888. Celso da Cruz Fonseca, liderança do quilombo do período inicial de entrevistas, em um diálogo realizado em 2021, apresenta oralmente que a história traz duas versões sobre o processo de obtenção da terra, porém, ambas trazem o nome de Deolinda da Conceição uma mulher negra que foi ama de Domingos e recebeu as terras e a partir dela outras 15 famílias se tornaram proprietárias do território. No entanto, devido o histórico de

emancipação do município de Areal, os documentos que trazem informações sobre as terras do período de atividades da Fazenda Boa Esperança estão envoltos a nebulosidades, com necessidade de recorrer a arquivos do município de Três Rios, Paraíba do Sul e Petrópolis-RJ, os quais estão diretamente relacionados ao município de Areal.

Dessa forma, é possível afirmar que o Quilombo de Boa Esperança antecede aos limites municipais de Areal, que só foi reconhecido como tal em 1992 após processos históricos de ligação entre Paraíba do Sul, Entre Rios (posteriormente Três Rios) e atividades econômicas do entorno. Areal, quanto freguesia de Paraíba do Sul, atravessou ciclos econômicos conforme a região Sul Fluminense, ou seja, historicamente baseada na produção de café. Com a queda desse ciclo na região, há o incentivo para produção de gado de corte e cana-de-açúcar, ao mesmo tempo que a região do distrito de Entre Rios ganhava destaque como centro comercial baseada nas linhas férreas ao longo do século XIX início do XX.

Areal fica sob subordinação de Paraíba do Sul até a primeira metade da década de 1930, após esse período, fica sob domínio de Três Rios, assumindo a posição de município em 1992(Lei n° 1989, de 10 de abril de 1992). Todas as configurações históricas referentes a Areal como freguesia, distrito ou município faz com que algumas documentações do Quilombo, considerando as terras doadas em 1888, tenha certa nebulosidade entre os municípios de Paraíba do Sul e Três Rios, a exemplo a configuração da escola presente no Quilombo. Escola essa fundada em 1976, quando o município ainda estava sob domínio de Entre Rios (atual município de Três Rios) e por esse motivo o nome da escola referencia uma figura importante para a história trirriense, recendo o nome de Sebastião Fernandes de Oliveira, mas não para a história do Quilombo em si. Sendo modificada para Escola Municipal Donária Maria Barbosa na década de 1990, já com o Quilombo pertencente à Areal. Portanto a história econômica e de formação do município é posterior a formação identitária e territorial de Boa Esperança.

Diante desse cenário, a definição e a configuração estrutural das terras do quilombo necessitam de uma pesquisa que une a oralidade e documentos registrados nos municípios mencionados. Seguindo o Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural (2018), a oralidade trazida por alguns Griôs³ de Boa Esperança remonta períodos diferentes de perdas e anexações de terras do quilombo sendo recorrente a história de um “leilão” realizado em homenagem à santa padroeira de Boa Esperança- Nossa

³ A população mais antiga que habita no quilombo, que trazem memórias sobre o território.

Senhora da Conceição. Nesse episódio da configuração e delimitação das terras do quilombo, há o encontro com a história de Paraíba do Sul sobre a região, pois na fala de Dona Emília é mencionado “Doca Galdino” que tem um histórico familiar com governos sul-paraibanos no período pós emancipação de Paraíba do Sul (século XIX):

Antropóloga: Isso foi em que época, Dona Emília? Emília: Eu não era nascida não. A falecida mãe que contava. Antropóloga: E esse leilão foi aonde? Emília: Foi lá mesmo na capelinha. Então, esse Doutor Galdino era muito bonzinho, né? Porque ele devolveu de novo. Não quis pra ele não. Ele pagou e deixou pra santa. Antropóloga: E quem será que colocou a terra pra leilão? Emília: Deve ser quem tomava conta daí. Antropóloga: E quem era na época que tomava conta? Emília: Ih, minha filha, agora eu não sei se era o falecido Antônio Miquilino... não, não... Antônio Miquilino não é não porque não era do tempo dele não. Antigamente o pessoal não tinha noção de nada, né? Antropóloga: E essa história que a santa arrematou? Será que tem a ver com essa história que a Dona Diva contou? Alguém me contou que foi a santa que arrematou. Diva: A santa? [risos] não. Arrematou para a santa o terreno. Emília: Depois que o falecido Domingos Pereira da Costa deu é que colocaram no leilão o terreno [...]. (MELLO, 2018. p.72)

No entanto, quando questionada sobre essa história, a liderança do quilombo no período de 2021 relatou:

“Fernanda, sobre essa história do leilão eu não vou saber falar. O que eu sei é que na época que meu pai foi buscar medir as terras do quilombo para iniciar os processos de reconhecimento, tinha coisa no nome do Galdino. Ele só não pegou essas terras por Deus. Até hoje não sei o motivo que ele não quis as terras, mas isso é coisa da época que Areal era de Paraíba do Sul, se você for lá na prefeitura você vai encontrar uma foto dele lá.” (entrevista, julho de 2023)

Dessa forma, é possível compreender que o território material de Boa Esperança ainda apresenta desafios quanto a sua delimitação origens e registros. No entanto, com a certificação conquistada através da Fundação Palmares e os estudos geográficos e antropológicos inerentes aos processos de titulação pelo INCRA, tem sido feito a organização das informações relatadas. Durante a pesquisa aqui apresentada, as informações históricas de formação do município foram poucas vezes relatadas, visto que os entrevistados tinham como maior anseio falar sobre Boa Esperança de forma autônoma, quando não, usaram os momentos atuais de diálogo entre a prefeitura e as coordenações internas do território.

Logo, existe um Quilombo sem o município, mas não existe um município sem o Quilombo. Apesar do reconhecimento e entendimento do território de Boa Esperança ainda não seja plenamente entendido na região.

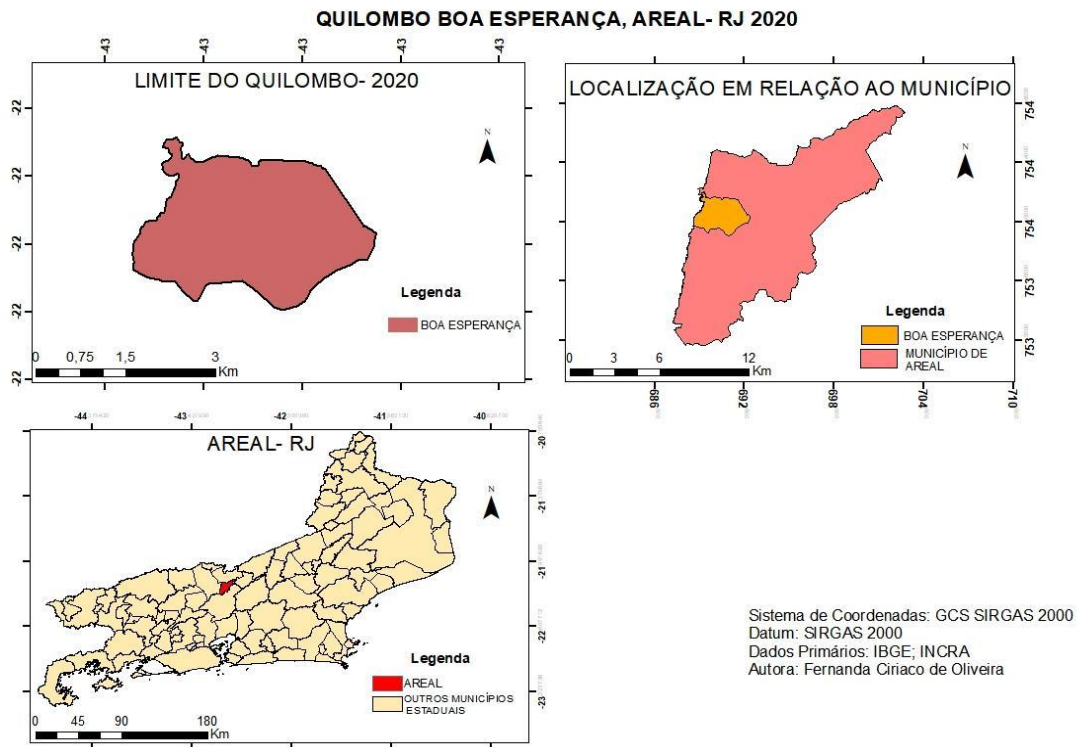


Figura 2- Fonte: Autoral, 2021.

Embora ao longo da pesquisa desafios e contradições cartoriais que definem a origem e a dimensão física do território, para identificar os processos formativos e a realidade do Quilombo de Boa Esperança- Areal (RJ), foi feita uma busca documental sobre os processos de reconhecimento de suas terras através dos sites do INCRA⁴, IPHAN (ipatrimônio)⁵ e da FCP, que serviram como base para a compreensão do território delimitado da comunidade. A partir deste processo, foram realizadas buscas em artigos sobre estudos já realizados no território, os quais auxiliaram na formação de uma rede de trocas com as autoras encontradas e suas percepções sobre o quilombo, sobretudo, a relação quilombo x município de Areal.

Anterior ao levantamento de informações diretamente colhidas no quilombo ou com quilombolas, a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Areal e a EMATER presente do município de Três Rios foram contactadas, que havia realizado projetos no território, com o

⁴ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital/incra/sr-07/g/n-1/2019-235570540?inheritRedirect=true&redirect=%2Fconsulta%3Fq%3Dinca%26start%3D1%26delta%3D50>

https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/andamentos_processos_comunidades_quilombolas_nov_2021.pdf

⁵ <http://www.ipatrimonio.org/areal-quilombo-boa-esperanca#!/map=38329&loc=-22.227370329319236,-43.095364146421325,17>

intuito de acessar informações sobre a área rural em que a comunidade se insere. Após essas coletas de informações, já direcionada aos próprios integrantes do quilombo através de redes sociais, que resultaram na troca de mensagens com a liderança quilombola. Ao longo de todos os processos, recorri a bases teóricas sobre o conceito e formações quilombolas, as quais foram cruciais para os diálogos já realizados em modelo remoto e as entrevistas presenciais que resultaram em dados os quais foram analisados pelo discurso trazido pela comunidade ao mesmo tempo que as literaturas estudadas foram analisadas pelo seu conteúdo de forma crítica aplicada ao contexto.

Os primeiros diálogos não foram estruturados, se basearam em uma breve apresentação e exposição dos objetivos desta pesquisa. No entanto, algumas informações foram coletadas (ou reafirmadas) neste momento, tais como: se a comunidade quilombola já tinha certificação dado pela fundação Palmares, quais as principais atividades econômicas herdadas pelo Quilombo, quantas famílias hoje moram no território quilombola, quais eram as principais atividades culturais desenvolvidas pela comunidade e se há tentativas de resgate e a presença da igreja evangélica no quilombo.

Logo, hoje a comunidade de Boa Esperança se apresenta como uma expressão de diferentes desafios, vitórias e re-existência na luta do que é ser negro no Brasil, em que diariamente é necessário traçarmos novas estratégias para resistir e existir quanto o indivíduo, quanto comunidade, quanto família, como ser humano e ser quilombola. Tais novas interpretações/observações são resultado de três campos realizados na comunidade: primeiro ocorrido no dia 16 de julho de 2021, no qual o objetivo foi conhecer a comunidade e apresentar o objetivo da minha pesquisa. Para esta atividade acompanhei uma pesquisadora que já havia realizado outros campos no quilombo, desta forma, foi possível conversar com a liderança do período.

Já neste campo, foi apresentado toda abertura do processo de reconhecimento do território, as dimensões cartográficas atuais e pretendidas para a expansão do quilombo, o engenho e a área de produção de rapadura. Em todo o trajeto fomos guiadas pela liderança quilombola que contextualizou sobre as moradias, horta, igreja evangélica cristã, área que de construção de um restaurante para gerar renda dentro do quilombo e as casas que visitamos. A segunda casa visitada neste campo expressou de forma pontual a riqueza e importância dos saberes passados de uma geração para a outra no quilombo, pois nela há uma horta própria para o plantio de ervas medicinais cercada de outras ervas espontâneas para o mesmo uso. A

matriarca desta família nos contou que é formada como Técnica em Enfermagem e que “não abre mão” dos chás e receitas que aprendeu com a mãe, também natural de Boa Esperança.

Em entrevista realizada no dia 05 de junho de 2022, a qual o objetivo foi compreender a relação da comunidade com práticas ancestrais e o território, foi possível identificar uma demanda pelo resgate de memórias, práticas, cultivo e identificação comunitária do Quilombo. Explicitado pela força das práticas produtivas de rapadura, no cultivo da cana-de-açúcar, da capoeira que as crianças reconhecem, nos mostram e ensinam como o avô e a avó fazem. Nas histórias contadas, nas músicas que são cantadas somente em Boa Esperança, na memória da parteira que era a mãe de uma das ancestrais do quilombo e até hoje é lembrada e contada por todos.

Para além, sobre o território material delimitado, a liderança quilombola que recebeu e concedeu todas as entrevistas e diálogos virtuais e presenciais, conta a luta pelo reconhecimento do Quilombo como um Quilombo, ou seja, ele explicita que ao longo do processo de reconhecimento dessas terras há uma invalidação externa sobre o que é ser quilombola em comparação à comunidade de Boa Esperança. Sendo uma expressão da existência de definições e percepções coloniais sobre o que é ser quilombola, logo, além do desafio acerca do reconhecimento físico espacial do território ocupado, há um desafio sobre a imagem daqueles que devem residir-lo. Reforçando estereótipos e generalizações sobre o ser negro, enquadrando em um pacote, o padrão que deve ser seguido sem ouvir ou reconhecer a comunidade através do olhar das pessoas que compõem o quilombo.

Apresentando novos questionamentos sobre as diferentes formas de ser fazer a resistência e luta negra quilombola. A busca de resgatar suas memórias coletivas, individuais e mostrar a força que Boa Esperança tem em reconhecer o seu quilombo, a sua identidade e o seu território em respeito à ancestralidade e as próximas gerações é claramente uma das lutas pelo território e direitos desta comunidade, recontar as histórias sobre a posse do território, ensinar os mais novos a lidar com o engenho presente no quilombo é uma resistência diária contra o esquecimento e apagamento da história negra regional.

No período em que esta pesquisa foi elaborada, os quilombolas possuíam a produção de rapadura e o canavial como um dos principais elos produtivos que resgatar a memória ancestral das famílias que se estruturaram no território após 1888.



Figura 3-Fonte: Autoral, junho de 2022



Figura 4- Fonte: Autoral, junho de 2022.



Figura 5- Fonte: Autoral, junho de 2022.

As figuras apresentadas ilustram como as memórias representadas pelas ferramentas, áreas e utensílios de produção fazem parte do cotidiano do quilombo contribuindo para o reconhecimento e pertencimento das gerações mais antigas e mais jovens do quilombo em que o conhecimento ancestral ilumina os saberes atuais e futuros. Na figura 6, por exemplo, uma criança do quilombo foi a guia do campo realizado no canavial, assistida pelo Celso, em que ela apresentava diferentes tipos de cana e como elas são usadas na rapadura pois ela acompanha a produção e todo o trabalho de resgate em torno desse conhecimento.

Além desse saber, há o conhecimento ancestral sobre diferentes ervas medicinais cultivadas nas casas visitadas, o conhecimento dos mais velhos como a Dona Emília, griô que em 2021 estava com 93 anos e é filha da parteira do quilombo (já falecida) e preserva o conhecimento sobre os xaropes e remédios caseiros conhecidos dentro e fora da comunidade. Os mais jovens que conhecem os caminhos do canavial, a lida com os tratores, como é feito o processo de moer a cana e extração do caldo, de como tocar o berimbau para a capoeira. Portanto, é uma comunidade quilombola rica de suas particularidades e ancestralidade. Parte destes saberes têm sido compartilhada com o município de Areal a partir da ação do recente Conselho de Cultura do município, o qual não estava ativo no momento inicial da pesquisa, a representação quilombola é feita por moradores e ex-moradores que não perderam o contato com o lugar.

Como resultado, em julho de 2022 foi realizado o primeiro Festival do Quilombo com o objetivo de trazer mais visibilidade sobre a cultura e a beleza histórica nele contida. Para além do festival, houve um processo de mobilidade entre os moradores para que as memórias

fossem reunidas, sejam em forma de textos ou objetos utilizados em tempos remotos pelas famílias, que hoje têm sido recolhidos e organizados para a criação de um museu comunitário.

No início dessa pesquisa (2021), o quilombo tinha como liderança Celso da Cruz Fonseca que descende de uma das 15 famílias que receberam as terras originalmente, sendo sucessor de seu pai. Nos períodos finais de coletas de dados, a comunidade elegeu uma nova coordenação(2023) majoritariamente formada por mulheres que também possuem ligação direta com as famílias que conquistaram a terra do quilombo. O processo de escolha da gestão de 2021 liderança foi estabelecido de forma hereditária, já as eleições da coordenação de 2023 foi estabelecida por eleições e baseada no Estatuto do quilombo. Essa mudança na coordenação para uma equipe feminina e jovem demonstra como o enraizamento da comunidade é potente e amplo, incluindo a busca por inserir Boa Esperança em uma rede crítica e articulada no contexto estadual.

A Comunidade possui uma escola que atende a Educação infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano), localizada próxima da balsa que liga Areal(RJ) a Sebollas (Distrito de Paraíba do Sul-RJ) e a casa da liderança quilombola, o que torna a sua localização Coração do quilombo. A Escola Municipal Donária Maria Barbosa, recebe esse nome em homenagem a uma quilombola de Boa Esperança, avó do Celso da Cruz Fonseca (liderança do quilombo no período em que a pesquisa foi iniciada), que lutou pela presença de uma escola para as crianças do quilombo.

No entanto, devido o histórico de formação do município de Areal, quando a escola foi fundada no ano de 1976 ela estava sob os domínios da Secretaria de Educação do município de Três Rios e recebeu o nome de Escola Municipal Sebastião Fernandes de Oliveira(que não possuía relações com o quilombo), sendo modificado em 1994 quando Areal é emancipado e o quilombo fica sob seu limite. Em entrevista realizada em agosto de 2023 com a coordenação do quilombo, eleita no mesmo ano, a escola foi um dos pontos de foco a partir de uma questão central semi estruturada que abriu espaço para diversas colocações:

Autora: Durante a pesquisa que tenho desenvolvido observei que a Escola do quilombo já teve outro nome, essa pessoa que nomeava a escola também era quilombola?

Coordenador de secretaria: Não. Para entender esse nome é importante entender o período que Areal estava. Aqui ainda pertencia a Três Rios e esse nome é relacionado a esse fato. A escola passa a ser chamada como é hoje depois da emancipação, pois ela é resultado de uma luta pela presença de uma escola dentro de Boa Esperança. Antes da construção da escola aqui, os alunos saíam daqui e iam estudar em Vila Dantas, que era uma área de

fazendeiros, mas a maioria dos alunos da escola de lá eram de Boa Esperança, quando não era na escola de Vila Dantas, algumas aulas funcionavam em capelas. Com isso e com a pressão a escola foi construída aqui.

Autora: A escola não oferece todos os segmentos, certo? Como é o deslocamento dos moradores do quilombo para as outras escolas?

Coordenação ambiental e social: Tem um ônibus escolar que leva os alunos, pois o horário de ônibus regular não é bom, mas alguns meninos acabam não terminando a escola.

Autora: Por conta da dificuldade de acesso?

Coordenação ambiental e social: Sim, por trabalho também. Alguns começam a trabalhar no entorno, cortando grama ou no pasto e não dão continuidade aos estudos. (Entrevista, agosto de 2023)

Além disso, apesar da escola estar inserida nas delimitações do quilombo, os professores que atuam nela eram majoritariamente de fora da comunidade, com exceção de uma quilombola que atua na escola através de contrato municipal, dessa forma, a escola não possui atividades voltadas para o ensino da história do quilombo, sendo uma questão já levantada pela comunidade que possui o projeto de reunir contos, ferramentas e memórias do quilombo para a formulação de uma cartilha que deverá ser apresentada para a Secretaria de Educação do Município de Areal, e assim, conseguir uma possível adoção deste material para a escola. A instituição atende alunos de Boa Esperança e do bairro vizinho Vila Dantas, ofertando ônibus escolar para alunos e funcionários. Tais informações foram passadas pelos moradores da comunidade durante o segundo campo realizado.

Existem oficinas de capoeira e jongo que eventualmente ocorrem na escola com o intuito de valorizar o ser negro e a cultura negra quilombola.



Figura 6- Fonte: Autoral, agosto de 2022

No dia 06 de agosto de 2022, foi realizado uma nova visita à comunidade, acompanhada de um grupo de pesquisadores sendo uma professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), um fotógrafo dominicano que já havia realizado um trabalho no quilombo durante o processo de organização do Primeiro Festival Beleza do Quilombo (realizado em 2022) e um professor da City University of New York (CUNY), que ainda não conhecia a comunidade. Nesse campo, o intuito foi conhecer a comunidade sem questões estabelecidas, ou seja, fora do modelo de entrevista ou questionário em um exercício de escuta e observação. Desta forma, caminhei por outras casas e pude conversar com outros membros quilombolas, saber mais sobre a história recente da comunidade. Logo, foram apresentadas informações referentes ao período de pandemia, desejo dos moradores sobre festivais e criações que até então não tinham sido revelados.

No total, nesse campo foram visitadas três moradias, sendo todas de membros mais velhos do quilombo. Uma delas está situada próxima de uma igreja católica que ainda é ativa e devido a dimensão do território do quilombo, não está localizada próxima da igreja evangélica. A segunda ocupa um endereço central no quilombo, ao lado da escola e da construção do restaurante. Nesta casa vivem duas senhoras irmãs, que apesar de estarem em casas separadas dos seus filhos moram próximas deles e dos netos, durante a conversa uma delas questionou quando seria a próxima “festa no quilombo”, pois para ela foi “bonita e muito boa, faz falta” essas falas fazem referência ao Primeiro Festival Beleza do Quilombo realizado pela comunidade em parceria com a Prefeitura de Areal através da Secretaria de Cultura. O evento contou com a exposição da história do quilombo, desfiles, apresentação de

capoeira e foi aberto para toda a região, sendo um marco para o desejo de valorização e reconhecimento do quilombo para todo o município. Pois desde o primeiro contato com a liderança quilombola e entrevista com o técnico da EMATER em Três Rios, a inserção do Quilombo em atividades abertas e públicas com a valorização dos produtos e saberes da comunidade é um desejo.

Na segunda casa visitada, foi possível observar a presença de diversas plantas medicinais e alimentícias não convencionais espontâneas e cultivadas, como por exemplo o urucum, limão cravo, ameixa amarela e rosa branca. Além disso, há um pequeno moedor de cana no quintal, reforçando a importância desta prática em diferentes famílias, e a criação de porcos no momento da visita os porcos estavam em período de reprodução, mas foi informado que normalmente são vendidos. Na terceira família o nosso grupo foi convidado a conhecer um dos casais mais antigos do quilombo, que hoje moram em uma casa nova e mais confortável do que aquela que iniciaram sua família, pois durante este diálogo soube que alguns trechos do território não são estruturados com estradas ou linha telefônica o que não é interessante para os cuidados do casal. Nesse sentido, fui informada que o quilombo possui um posto público de saúde que funciona um dia na semana e atende apenas os moradores da comunidade, pude passar próximo do prédio que não estava em funcionamento.

Por fim, o campo foi direcionado para a casa da liderança quilombola, momento o qual questionei sobre a existência da horta próxima da escola. Questões relacionadas ao uso e manejo da área de cultivo, por estar situada em uma área central do quilombo e muito próxima da escola. Apesar destas características, ela é de uso próprio de uma das moradoras e no momento não há relação com a escola (não funciona como uma horta escolar) e é utilizada para gerar renda para a família. É um cultivo convencionais, porém orgânico.



Figura 7- Fonte: Autoral, agosto de 2022

Conversando sobre cultivos, o Celso(liderança) mencionou o canavial para aqueles que ainda não conhecem a área, explicou sobre o período de colheita da cana e sobre o longo processo de 17 horas para a produção da garapa e a rapadura comercializada por sua família de modo ancestral, por utilizar uma técnica passada de geração em geração para dar a textura única que o doce de Boa Esperança tem. Parte das receitas típicas do quilombo estão catalogadas no livro: *A cozinha dos Quilombos: sabores, territórios e memórias* (2012). No quintal da casa é possível encontrar laranja zamboa, chamada de laranja de fazer doce ou laranja gigante na sabedoria popular do quilombo, que também é utilizada para compotas para consumo próprio, um canteiro pequeno de medicinais como poejo e menta, uma espécie de cabaça e cravo da índia. Ainda neste campo, a liderança quilombola nos mostrou a instalação de torres de transmissão elétrica que estão nas áreas limite do território quilombola e que distribuem o serviço para diversas cidades fluminenses, essas torres surgem descritas no Edital de processo de regularização das terras de Boa Esperança publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 2019. Neste mesmo documento é citado diferentes propriedades limítrofes ao quilombo.

Com o avanço dessa pesquisa a rede entre pesquisadora e a comunidade foi criada, ao mesmo tempo que a organização de eventos possíveis em conjunto com a prefeitura e outros pesquisadores que se propõem a conhecer a comunidade também foram emergindo, contrariando o isolamento percebido nos primeiros passos desse estudo. Desta forma, é possível afirmar que esse quilombo é vivo assim como é notável, de maneira sensível, as suas lutas inerentes à realidade desta comunidade, por mais que desde o início dessa pesquisa já existisse a consciência que cada Quilombo possui suas especificidades faltava o contato com a

comunidade e a consequente ruptura da generalização do que eu esperava de um quilombo. Logo, a comunidade de Boa Esperança é uma expressão e potência de diferentes desafios, vitórias e re-existência na luta do que é ser negro no Brasil, em que diariamente é necessário traçar novas estratégias para resistir e existir quanto o indivíduo, quanto comunidade, quanto família, como ser humano e ser quilombola. A luta que para muitos é silenciosa se mostra extremamente viva na lida, no diálogo com as prefeituras, com a branquitude racista que tenta apagar a história desses territórios diariamente.

5 A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE BOA ESPERANÇA: SUAS DIMENSÕES MATERIAIS E IMATERIAIS

O território, para esta pesquisa, é analisado a partir de duas dimensões: material e imaterial, sabendo que ele é construído a partir de diferentes interações e que a sua compreensão deve ser feita a partir do todo (“perspectiva integradora”). (HAESBAERT, 2004, p. 41). Para tal análise foram selecionados autores que trazem elementos e características possíveis de serem observadas no objeto escolhido- a Comunidade Quilombola de Boa Esperança. As percepções sobre esse território podem se interpretadas por diferentes vertentes (HAESBAERT, 1995, p. 40)

Análise das dimensões territoriais do Quilombo de Boa Esperança- Areal, RJ

Dimensões territoriais	Aspectos
Política	A dimensão do quilombo por certificação e reconhecimento oficial pela FCP ⁶ e o INCRA, os limites físicos da terra. A luta por reconhecimento de suas terras e do ser quilombola na região.
Econômica	Produção a partir dos recursos presentes na comunidade, como: o canavial para a produção da rapadura tradicional, a existência de plantas medicinais e outros plantios alternativos nas residências, o

⁶ Fundação Cultural Palmares

	restaurante em construção.
Cultural	histórias e ancestralidades presentes nos quintais, A dimensão do quilombo através da oralidade (músicas e contos que se referem a áreas que faziam parte da comunidade).
Ambiental	A luta por justiça ambiental, em que faz frente contra o racismo ambiental praticado em escala municipal.

Quadro 2. Fonte: Autoral.

Para tal organização e entendimento sobre a imaterialidade e identidade territorial, foram buscadas referências e abordagens trazidas pela geografia cultural e fenomenológica que elucidam a apropriação do espaço a partir dos símbolos e memórias que são vitais ao grupo estudado.

Desta forma, é importante destacar que o intuito de sinalizar a memória e cultura quilombola de Boa Esperança não é de reforçar uma dicotomia ou separar a interpretação do conceito de território, e sim, enfatizar a potencialidade cultural e identitária na construção de um território antecedendo as dimensões políticas de delimitação cartográfica por exemplo. E ainda, não descartando as percepções materialistas política- econômicas.

A Certidão de Autodefinição da Fundação Palmares, ponto inicial para a regularização de terras quilombolas, foi realizada em 2013 após a abertura de um Inquérito Civil Público apresentado em 2011 pelo Ministério Público Federal do Município de Petrópolis, o qual resulta no Relatório Técnico Antropológico e histórico do território de Boa Esperança (INCRA). A partir dessas etapas, é iniciada a análise territorial do quilombo, que nesta pesquisa, abordo em uma dimensão política como expresso no quadro anterior. Em dados apresentados no Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Ambiental (RTDI, 2018) a população se organiza em um espaço de 240 hectares, os quais não existia nenhum conflito oficializado em torno da ocupação desta área. Porém, há o projeto de expansão territorial do quilombo, o qual ainda deve ser observado com maior sensibilidade sobre futuros conflitos. A área ocupada, por abrigar paisagens naturais preservadas ao longo do Rio Fagundes é de desejo para atividades voltadas ao ecoturismo e construções, apontadas

pelos quilombolas durante as entrevistas como um dos motivos para o embargo de atividades que poderiam desenvolver o quilombo por parte de gestões públicas anteriores que visavam a área para empreendimentos.

Para compreender a percepção dos quilombolas sobre o território foi necessário o terceiro campo, de forma descontraída, em que as visitas às moradias passavam por pontos os quais já haviam sido identificados por mapeamentos, mas que não tinha ouvido da comunidade como eles eram importantes para a história do território imaterial e memória do quilombo. O primeiro ponto que delimita e conta a história coletiva deste território apresentado, foi o Morro da Forca paisagem vista de uma das moradias visitadas no terceiro campo, ao questionar o Celso sobre a história do nome ele relatou:

“Fernanda, os antigos contam que ali era o lugar em que os escravos eram levados para serem mortos enforcados, aí o nome ficou até hoje todo mundo conhece assim.” (CELSO FONSECA, 2022)

Desta forma, é possível desenvolver sobre a importância da história e das memórias para a constituição deste território e resiliência desta comunidade. A localização descrita pelo Celso, Morro da Forca, é um dos principais pontos de memória coletiva do quilombo relatados no Relatório Antropológico de 2012, no qual a comunidade em diferentes entrevistas aponta. Para a compreensão e desenvolvimento dos objetivos propostos nesta pesquisa os campos e entrevistas realizadas ao longo de 2022 possuíram o intuito de continuar a passagem ou conhecer os locais relatados pela comunidade para que assim fosse melhor compreendida a dimensão cultural do território de Boa Esperança. As principais localizações foram: o Morro da Pedra e o Vale do “Tira Manha”. Este último é uma das áreas de acesso ao quilombo, quando questionado sobre o nome desse Celso explicou que:

“Lá era o lugar em que os escravos eram levados para o castigo, aqueles que não queriam trabalhar ou não podiam.” (CELSO FONSECA, 2022)

Além desses pontos geográficos existem outros que foram mencionados no primeiro campo realizado ainda em julho de 2021, durante a conversa com a dona Emília- integrante mais velha do quilombo no período pesquisado (uma das griôs). Ela mencionou lugares como cemitérios, cavernas e outras fazendas que vieram em sua memória ao cantar e contar histórias de sua juventude no quilombo. Apesar de possuir um quadro clínico que compromete parte de sua memória, Dona Emília territorializa a espacialidade do quilombo

através das memórias de sua mãe, que foi uma das principais parteiras da comunidade e sua bisavó que conviveu com as memórias do senhor dono das terras de Boa Esperança. Nesse primeiro diálogo e no terceiro foi possível observar que houve uma mudança na distribuição dos moradores dentro do quilombo, pois muitos dos mais antigos moravam em áreas menos centrais como mais próximos ao Morro da Pedra, mas hoje por questões estruturais se organizam em áreas mais centrais- próximas da estrada de acesso ao Vila Dantas, à escola e à balsa.

5.1 BOA ESPERANÇA COMO QUILOMBO VIVO E PLURAL

Durante o início da pesquisa em dos trabalhos de campo realizados entre 2021 e 2022 a coordenação do de Boa Esperança era liderada por Celso da Fonseca, porém seguindo o estatuto do Quilombo a gestão já havia passado pelo seu vencimento, ou seja, já estava no seu prazo máximo. Sendo assim, em 2023 foi eleita uma nova chapa com diferentes secretarias e coordenação seguindo o estatuto do Quilombo de Boa Esperança, trazendo consigo uma coordenação predominantemente feminina e jovem e, assim como a anterior, engajada nos processos inerentes ao quilombo. No entanto, já com os processos encaminhados de certificação e titulação da Terra, as redes de apoio de e de comunicação da comunidade foram ampliadas característica que gradualmente tem se consolidado na comunidade através de diferentes projetos iniciativas e parcerias. Na entrevista realizada em agosto de 2023, com o objetivo de compreender esse processo de eleição da nova coordenação, que foi possível acompanhar parcialmente através das redes sociais, foram traçadas algumas questões que puderam elucidar a dinâmica atual do território e suas projeções para os próximos anos.

Nesse momento a existência do estatuto que rege as normas do Quilombo de Boa Esperança foi apresentado pela primeira vez e foi mencionada a importância de seguir esse documento para o fortalecimento da comunidade como organização e movimento. Dessa forma, as demais questões que seguiram nesse diálogo foram ao encontro de entender a estrutura do quilombo como instituição. Entre os principais pontos trazidos nesse documento, há o estabelecimento das normas de direção da comunidade através da divisão de coordenações e secretarias. Para a composição atual das coordenações a própria comunidade, além de votar, indicou nomes que gostaria de ter na direção do quilombo no atual contexto de Boa Esperança:

Autora: Como foi o processo de eleição da nova coordenação e por que ocorreu?

Coordenador de Secretaria: o estatuto do Quilombo já previa que a gestão anterior já tinha ultrapassado o tempo limite, durante reuniões do projeto desenvolvido pela Fiocruz foi levantada a questão da necessidade de novas eleições nossos nomes já tinham sido apontados pela própria comunidade antes de questionarem a gente sobre o processo. Então a comunidade já tinha escolhido a gente sem sabermos, mas foi montado uma chapa e fomos eleitos. (Entrevista pessoal. Agosto, 2023)

Por não ter havido contato direto com o documento, durante essa entrevista foi preciso compreender quais são as atuais divisões da gestão e como elas são previstas pelo estatuto:

Autora: Como é a atual divisão das coordenações?

Coordenadora ambiental e social: a divisão das coordenações é baseada no estatuto do Quilombo e por isso hoje temos coordenador geral vice secretário tesoureiro coordenador de Secretaria o coordenador de esportes todos nascidos e criados no Quilombo e com engajamento. (Entrevista pessoal. Agosto, 2023)

A partir desse diálogo com a coordenação atual do Quilombo é possível caracterizar algumas diferenças importantes sobre os processos iniciais de contato do Quilombo isso dado aos avanços dos processos de reconhecimento e de inserção dos quilombolas na tomada de decisões sobre seu próprio território característica essa já alcançada na gestão anterior dado toda a busca pela regulamentação e certificação do território sendo um desdobramento mesmo da coordenação antecedente a do início dessa pesquisa como relata o documento antropológico da comunidade que destaca o investimento independente dos quilombolas para a delimitação territorial do Quilombo sobre as áreas ocupadas e perdidas.

Outra característica interessante no decorrer da pesquisa foi observar e compreender a necessidade que Boa Esperança tem de resgatar suas memórias particulares, a história que conta o seu território, embora a valorização das culturas negras gerais através da capoeira e dos jogos de jongo, existe uma preocupação de resgatar as cantigas e as ladainhas contadas pelos mais velhos e o conhecimento que foi repassado que está presente também nos mais

novos. Quando foram formuladas questões sobre a escola de Boa Esperança, o objetivo quanto pesquisadora, era compreender a estrutura da escola, porém, a Coordenadora Social e Ambiental expôs uma preocupação relativa a permanência dos jovens na escola. Para ela, no seu lugar também de historiadora e com a sua formação quilombola feita no chão de seu território, ela entende a importância de formar cidadãos e grupos que estejam inseridos na e para comunidade no sentido de fortalecer as características e as forças desses grupos de jovens internamente.

Ela explicita isso quando é colocada a preocupação da evasão escolar por parte dos jovens que não terminam a escolaridade por ceder sua força de trabalho para as fazendas do entorno, as quais que têm crescido no município de Areal ao longo dos anos dada à campanha de fortalecimento do município como uma região central de vinícola, projeto engajado pelos produtores locais e divulgado pela prefeitura como uma “Terra da uva”. Dessa forma, os jovens do Quilombo são atraídos para saírem do Seguindo o modelo de entrevista não estruturada, foi questionada ações criadas em rede para que pudessem manter os jovens engajados dentro da comunidade, dando continuidade ao conhecimento local do Quilombo para fortalecer esse processo de recuperação das memórias do território.

Diante dessa colocação, foi trazida para o diálogo a questão do desenvolvimento econômico dentro do Quilombo das atividades praticadas atualmente e aquelas em potencial como, por exemplo, o turismo- atividade que já havia sido pensada externamente ao Quilombo, ou seja, sem questionar os moradores incluindo uma rota quilombola de ecoturismo voltada para ciclistas. Agora esse projeto foi apropriado pela coordenação do Quilombo que visa estabelecer rotas turísticas guiadas pelos próprios quilombolas partindo de seus conhecimentos e áreas que os moradores permitem a visitação e que são capazes de contar a história a partir daqueles que viveram e vivem nessas áreas, com respeito às memórias as localidades principalmente em rotas como: o Morro da Forca, o Morro do Tira Manha e o Morro da Pedra, localizações cruciais para a memória do Quilombo, que inclusive, auxiliam na delimitação de suas terras através das ladainhas cantadas e dos contos relembrados pelos mais antigos(os griôs).

O turismo feito dessa forma é interpretado pela atual gestão como uma das alternativas de permanência nos jovens quilombolas dentro do território, mas não só a permanência física mas sim o reconhecimento de pertencimento à uma história coletiva que passa pelo território e através dessa as histórias das pessoas que formam Boa Esperança e que a partir desse projeto começam a contar suas histórias por si. Além do projeto turístico, como já mencionado pela

gestão anterior há um projeto da construção de um museu comunitário dentro do Quilombo que reúne materiais históricos e fotografias importantes para a comunidade.



Figura 8- Fonte: Autoral, novembro de 2022.

A figura acima representa um dos monumentos que a comunidade pretende explorar em sua rota turística por demarcar uma área de trabalho de períodos remotos importantes para as atividades que sustentaram as famílias da comunidade- o antigo moinho de farinha.



Figura 9- Fonte: Autoral, novembro de 2022.

A fotografia apresenta Rio Fagundes visto pela perspectiva do Morro da Forca, ponto que também está previsto pela rota turística traçada pela comunidade. O Morro dá uma vista panorâmica da área ocupada pelo quilombo e o avanço das atividades vinícolas no entorno.

Sendo assim, o incentivo ao turismo surge como uma estratégia de fortalecimento dos limites territoriais concretos de Boa Esperança enquanto o museu faz o resgate daquilo que é

imaterial contado pelos griôs e por aqueles que não estão mais presentes naquele território, mas que o construíram.

Esses projetos e outros têm sido desenvolvidos de forma coletiva internamente e externamente, universidades como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Fiocruz, professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), representantes do Ministério da Igualdade Racial e da ACQUILERJ, hoje estão articulados com Boa Esperança e participam como convidados das suas atividades desenvolvidas na comunidade como as Festas Juninas e o festival Beleza no Quilombo que têm trazido Boa Esperança para o conhecimento regional ao mesmo tempo que auxilia economicamente as produções internas do quilombo.

Para além das questões econômicas internas do quilombo, há a presença de igrejas cristãs em seu território a Capela católica de Nossa Senhora da Conceição, que faz parte de processos históricos do território ainda do período da fazenda Boa Esperança e a que recebe mais destaque territorial atualmente é uma igreja protestante localizada na região do coração do quilombo, ao lado da escola. Assim como no início da pesquisa foi buscado a percepção da atual coordenação sobre tais presenças:

Autora: Qual a relação da igreja com o quilombo? Aquela localizada próxima da escola.

Coordenador de secretaria: as igrejas estão em Boa Esperança há bastante tempo tem a igreja católica a Capela e a igreja evangélica, aqui cada um tem a liberdade de seguir a religião e frequentar os cultos que desejar, tem pessoas que frequentam o centro espírita tem pessoas que frequentam a igreja evangélica e a igreja católica. Isso não interfere nos processos atuais do Quilombo, mas houve um levantamento antropológico sobre o funcionamento da igreja evangélica e como isso poderia impactar nos processos de reconhecimento do território como quilombola. Porém foi percebido que não há intervenção direta, sendo retomadas as atividades da igreja.

Coordenadora ambiental e social: Boa Esperança é dividida normalmente, mas isso não vem da igreja é normal. (Entrevista Pessoal. Agosto, 2023)

Algumas observações importantes sobre essa etapa da entrevista dizem respeito sobre a pluralidade que o Quilombo apresenta, quando retomamos as questões sobre as Terras de Preto e de Santo, conseguimos observar o papel que essa Capela católica tem na memória dos mais antigos do Quilombo que formam as histórias que foram repassados de gerações em

gerações. Porém de forma mais recente, esse território também tem sido ocupado por outras presenças cristãs, mas ao mesmo tempo que essa presença salta aos olhos daqueles que vão ao quilombo, seja pela pesquisa, seja pela visita, essas presenças não têm enfatizado as diferenças entre a comunidade ou causado embargos nos projetos atuais e tentativas de articulação.

Como mencionado pelo Coordenador de Secretaria, durante as pesquisas antropológicas que deram origem ao relatório antropológico do Quilombo houveram questionamentos relacionados a presença da igreja evangélica e como ela poderia influenciar nas tendências culturais da comunidade porém as análises antropológicas não constataram como mencionado na entrevista que houvesse a necessidade de retirada desta igreja do território principalmente por ferir a pluralidade e a liberdade individual da comunidade em professar suas crenças.

6 DESAFIOS COMUNS: A INDEFINIÇÃO TERRITORIAL COMO BASE PARA AS INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS

Para compreender tais relações, é necessário identificar o que é justiça ambiental e como ela é praticada em diferentes regiões sobre diferentes corpos e sujeitos:

“A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos onde o ‘meio ambiente’ é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 16)

Tal definição é apresentada de forma conceitual e não prática, ou seja, para entendermos como a justiça(ou injustiça) ambiental ocorre e funciona sobre os territórios étnicos foi preciso ler bibliografias nacionais e buscar conceitos e abordagens nascidas (ou mencionadas) como movimento a priori nos Estados Unidos sobre injustiças raciais que se encontram com as injustiças socioambientais dando luz a discussão sobre a necessidade de articular diferentes percepções sobre a luta racial, ambiental e espacial. Sendo assim, é considerada que as discussões sobre “racismo ambiental” possuem origem recente, sendo

inserido na discussão sobre justiça ambiental em resposta de apontamentos do Movimento Negro e outras movimentações sociais do país. O termo se relaciona à desproporção em que as injustiças ambientais atingem as diferentes etnias, evidenciando que aquelas que são consideradas minorias são mais vulneráveis às injustiças ambientais. Tânia Pacheco define racismo ambiental como:

“Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem.” (HERCULANO; PACHECO, 2006. p. 31)

No Brasil, a temática permeia tanto o espaço urbano quanto o rural, sendo que no primeiro é atentado que as pessoas residentes nas favelas ou quaisquer outras áreas marginalizadas são em grande número negras e nordestinas onde são expostas à áreas de risco, sejam por ausência de infraestrutura que garantam a saúde e segurança das mesmas, áreas de risco ambiental como próximas de barragens de mineração e áreas de baixa disponibilidade hídrica. Esse conjunto de insalubridades na ocupação dos territórios faz parte da chamada “injustiça ambiental” a qual é definida, segundo a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), em seu manifesto como:

“Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.” (RBJA, 2001)

Dessa forma, é necessário compreender que o racismo ambiental está intrinsecamente relacionado as injustiças ambientais sendo um fenômeno que deve ser observado ao discutirmos a questão ambiental no Brasil e a dificuldade em que diversas comunidades ainda não certificadas e reconhecidas enfrentam em se manterem. Sob a mesma análise é possível ampliar tais injustiças para as demais formas de racismos existentes no país que não se relacionam diretamente com a questão ambiental, porém, se refletem nela. Almeida (2019)

pontua as dimensões do racismo praticado no Brasil, essencialmente: institucional, estrutural e o individual. No entanto, para elucidar as questões propostas nesse tópico as duas primeiras são as principais a serem consideradas, pois são nelas que estão contidas as forças capazes de gerenciar e regularizar os territórios negros em uma dimensão política, através do Estado e governos.

E, se por um lado existem os quilombos como herança dos primeiros traços de resistência aos moldes coloniais e racismo, hoje ainda vigora uma estrutura racista herdada do período colonial que luta contra a existência de corpos, territórios e cultura negra. Para desenvolver essa discussão será necessário definir aspectos determinantes sobre as ações do racismo estrutural e as injustiças socioambientais presentes na determinação e manutenção dos direitos quilombolas no Brasil. Sendo importante que o racismo é uma face violenta que estrutura as relações territoriais, sociais e ambientais do país, questões as quais nesta pesquisa são tratadas de forma indissociáveis.

O racismo é elemento estruturante dessas violências: seja o racismo institucional -- presente na história de negação do acesso à terra ao povo negro escravizado e seus descendentes --, seja o racismo epistêmico e econômico que considera a vida negra descartável e, portanto, não humana. A elite econômica e política, em sua maioria comandada por homens brancos e descendentes de escravocratas, mantém um sistema de privilégios e riquezas que resulta da exploração do trabalho de negras e negros e do seu sistemático não acesso a políticas e recursos. (DA SILVA, G.; DEALDINA, S.S. 2019.p. 19)

As autoras ao trazerem tal definição, presente na obra organizada pela CONAQ e a Terra de Direitos, reúnem aspectos históricos e atualizados para o período entre 2017 e 2019 de forma crítica e de denúncia sobre as problemáticas que são comuns nas comunidades negras e quilombolas: as ações de omissão das problemáticas, lentidão na certificação e titulação de terras, a violência que pouco é publicizada. Explicitando os aspectos inerentes apontados por ACSELRAD, MELLO E BEZERRA (2009) como “mecanismos de produção da injustiça ambiental”, definidos, basicamente em:

1- Mercado: se manifesta sobre o direito ao solo/ ocupação, em que a apropriação das melhores áreas para habitação é feita pelas elites econômicas. Logo, a população vulnerável é pressionada a ocupar áreas marginalizadas e de riscos ambientais;

2- Políticas: quando a injustiça ambiental é promovida pela omissão do Estado ou ainda por medidas governamentais que promovem maior rigidez aos produtores que não atendem ao

grande mercado e medidas mais brandas aos que atendem. Portanto, os que causam menos impactos ambientais, mas que sofrem mais com eles são mais fragilizados.

3- Desinformação: a não publicidade dos impactos nocivos causados por grandes empreendimentos, capaz de criar uma nebulosidade sobre o quão degradante é o uso dos recursos presentes em uma determinada área. A omissão dos riscos que a instalação deste empreendimento pode causar.

Os dois últimos mecanismos são os mais explícitos dentro do conjunto de violências racistas que os territórios étnicos brasileiros estão expostos, seja por políticas que promovem inseguranças sociais e econômicas à desinformação sobre as comunidades, indefinições de limites territoriais ou omissão midiática local sobre esses grupos. Portanto, para combater estes mecanismos é necessária uma geografia socioambiental crítica ao desenvolvimento econômico hegemônico que reforçam tais problemáticas. Para isso, levantar os estudos e percepções da ecologia política é de suma importância para a análise integrada sobre os acontecimentos nacional e locais próprios de Boa Esperança e outros territórios negros e quilombolas, pois:

“A ecologia política estuda os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos, naturais como, clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas minerais e a qualidade do solo. No entanto, também são claramente sociais culturais econômicos políticos e tecnológicos.” (MARTÍNEZ ALIER, 2011.p. 113)

E a justiça ambiental emana a união, análise e denúncia sobre as desigualdades e conflitos econômicas, sociais e ambientais produzidos por Estados e governos estruturados em dinâmicas racistas, os quais a geografia deve apropriar e analisar, nesta dissertação é analisada através das dinâmicas territoriais. Observando a maneira com que as indefinições territoriais baseadas em mecanismos de injustiça ambiental são capazes de expor as populações e a população estudada à vulnerabilidade. Já é possível apontar que a ausência de representações municipais e estaduais quilombolas são pontos de crítica e fomento a essas tendências negativas. Além de ausência de representantes federais que possam garantir a manutenção dos direitos de tais comunidades, o que reforça as instabilidades das instituições responsáveis pela demarcação e delimitação de terras em diferentes governos. Expondo assim,

os grupos racializados a violências contra as suas materialidades (corpo e território) e suas imaterialidades (memórias, afetos, histórias de vida e cultura).

A vulnerabilidade que atinge o modo de vida quilombola e seus territórios, produzida pela ação combinada de diferentes elementos, como a ação de agentes privados associados ao agronegócio e ao latifúndio, a ausência de políticas públicas sociais básicas e o racismo institucional, geram ciclos de violência que se manifestam, não raras vezes, de maneira interna e invisibilizada. (ARAÚJO; DA SILVA, 2019, p.44)

Para concluir e explicitar a integração desses aspectos, é possível comparar as informações contidas no gráfico 1 apresentado no tópico 1 às informações de violência e assassinatos de quilombolas no período entre 2008 e 2017. Chegando à conclusão que dá o título do atual tópico, pois nos mesmos anos que há uma queda nas taxas de certificações concluídas (gráfico 1, página: 18) houve também um aumento dos assassinatos, conforme os dados apresentados pela CONAQ em 2019:

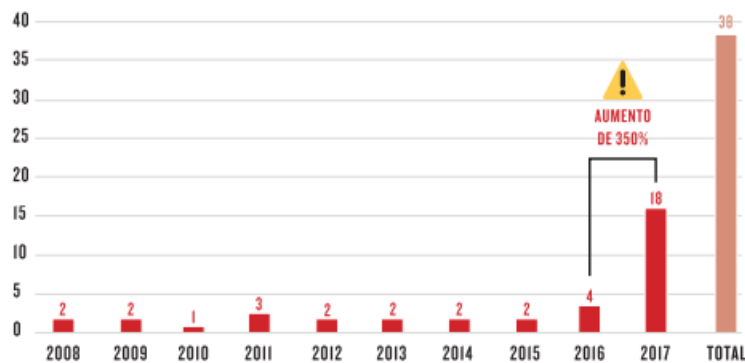


Figura 10- Fonte: CONAQ e Terra de Direitos. 2019.p. 47

Estas informações evidenciam como as rupturas governamentais e mudanças para governos de ideologias liberais provêm indefinições territoriais e como consequência vulnerabilidade das comunidades. Como proposta de luta há a necessidade de trazer ações de uma justiça ambiental como movimento social, assim como quilombismo como tal. Compreendendo que, o Movimento de(por) Justiça Ambiental é multicultural, multirracial (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009) e multiterritorial e por isso as relações quilombolas indissociáveis das lutas ambientais, do movimento negro emancipador e das geografias decoloniais. Compreendendo a importância da ancestralidade, das particularidades e do histórico de luta de cada território, visto que:

As demandas por justiça ambiental na contemporaneidade operam a partir dos impactos gerados pela desigualdade econômica, haja vista, que estes impactos se irradiam e tem como efeito colateral o alastramento da desigualdade ambiental em sociedades ditas periféricas. Para tentar reverter esse prognóstico, é imperativo (re)pensar a compreensão de justiça, sob o viés ambiental com o objetivo de gerar uma mudança no atual padrão ecológico hegemônico. (MENDES; TYBUSCH, 2017, p.86)

Efeitos estes, impactantes nas identidades territoriais das diferentes comunidades quilombolas distribuídas em todo território nacional e que devem ser combatidos de forma estruturada e consolidada através do funcionamento daquilo que é expressado na Constituição e de direito. Em Boa Esperança as injustiças ambientais podem ser observadas na estrutura no território sobretudo na dimensão no deslocamento dentro e fora do território no processo de saneamento básico na distribuição hídrica em toda a comunidade. A primeira pode ser observada pela estrutura das estradas que ligam um ponto ao outro dentro da comunidade e para acessar regiões do entorno e o próprio centro de Areal, que isolam a comunidade no período de chuvas principalmente pela escassez de transporte público em horários diversos, a segunda está relacionada ao encanamento de água para localidades mais íngremes do território que comprometem a produção agrícola e os afazeres diários de famílias que ocupam essas áreas.

Em observação realizada no primeiro semestre de 2023 foi possível acompanhar o processo de denúncia de racismo ambiental realizado por um dos membros da coordenação atual do Quilombo sobre a estrutura de acesso a um dos pontos mais importantes da história do Quilombo- Morro da Pedra que em períodos de chuva inviabiliza o deslocamento dos moradores que residem na região, além disso, é um dos pontos principais do Quilombo e que irá compor itinerário turístico pensado pela coordenação.

Logo no primeiro ano de pesquisa e visitas no território, observei características de vulnerabilidade estrutural em relação aos pontos citados, no entanto, como o objetivo das entrevistas e observações iniciais foi enfatizar as percepções da comunidade, foi inserida uma questão relacionada ao racismo ambiental no quilombo. Nesse momento da pesquisa, o conceito de racismo ambiental não era conhecido pelos entrevistados e a minha imaturidade quanto pesquisadora no período não permitiu a sensibilidade que adquiri com o avanço das escritas. Dessa forma, foi necessário realizar questionamentos mais cotidiano com o intuito de analisar teoricamente as informações cedidas, como:

Autora: Outras áreas aqui do Quilombo também possuem hortas e cultivos assim? (mencionando a horta existente próxima da escola)

Celso: Não, a gente tem a cana lá em cima, mas tem lugar que não dá por conta da água que não chega com força em todas as casas de lá e dificulta.

Autora: Entendi, então as casas também têm falta de água?

Celso: Agora não, mas as vezes falta, teve um projeto (EMATER e FIOCRUZ) que ajudou nisso. (Entrevista pessoal. Junho, 2022)

Além da questão da água, nesse processo inicial foi questionado sobre a ponte que liga Boa Esperança a outros bairros e distritos importantes para os trabalhadores que residem no quilombo, nesse período a ponte contava com uma estrutura improvisada, mas já revitalizada.

Autora: Vocês usam muito essa ponte?

Celso: Sim, muita gente usa para trabalhar.

Autora: Eu cheguei a ler sobre um período que ela ficou desativada, foi isso?

Celso: Ela estava perigosa, quase caindo aí fomos reclamar demoraram, mas colocaram essa estrutura aí. Que ajuda, né? Tem gente que passa de moto, mas balança bastante. (Entrevista pessoal. Junho, 2022)



Figura 1- Fonte: Autoral, junho de 2022

Na figura acima é possível observar as demandas e limitações estruturais da comunidade. Já em entrevista realizada em agosto de 2023, em conjunto com a nova gestão da comunidade, a pauta retornou de forma direta sobre o racismo ambiental e as percepções foram outras:

Autora: Acompanhei os processos de denúncia que vocês fizeram em fevereiro e março desse ano (2023) em relação a lama e falta de acesso a algumas ruas por conta das chuvas, vocês tiveram devolutiva?

Vice-coordenadora da ARQBE: Então, na época mesmo a prefeitura iniciou uma obra que não resolveu a questão, pelo contrário. Fui dialogar sobre esse problema e tive a resposta de que ao mesmo tempo que nós estávamos reclamando desse problema, estávamos “curtindo” outros pontos da cidade que a prefeitura revitalizou. (Entrevista pessoal. Agosto, 2023)

Ainda nessa linha de diálogo, foi questionado se observam que esse tipo de ação era comum em outras partes do espaço rural do município e a resposta foi que pelo tempo que as reclamações eram feitas, Boa Esperança se diferenciava, pois os processos são demorados. Diante disso, foi questionado se hoje entendiam essas ações como desdobramentos de racismos que atravessam a comunidade:

Autora: Vocês acham que isso é uma ação relacionada ao racismo em relação a comunidade? (questão já levantada em outros diálogos não estruturados)

Coordenadora ambiental e social da ARQBE: Se você me perguntasse isso uns meses atrás eu não saberia dizer, mas hoje acredito que sim. Fui convidada pela UERJ para falar sobre a comunidade e lá levantaram a questão do racismo ambiental, então sim. Principalmente pelos problemas de estrutura como no Morro da Pedra, onde você viu as fotos e a denúncia, a ponte e acesso, as ausências de serviços de saúde. Tudo isso. (Entrevista pessoal. Agosto, 2023)



Figura 12- Fonte: Janaína Barbosa- Vice-coordenadora ARQBE. Fev/Março 2023

O conjunto de imagens acima mostram os processos de uma das vias de menor estrutura do quilombo e a ação pública tomada, no período, para a resolução da questão. Um ponto recorrente quando os entrevistados foram questionados sobre a estrutura e, quando diretamente ao racismo, foi a palavra “esquecimento” que nessa pesquisa foi trazido na dimensão da desinformação. Na ordem enumerada a partir do número 1 e 2 é mostrado o efeito das chuvas no local, já na sequência do número 3 e 4 são mostradas as ações que a prefeitura adotou para a reparação do problema que, como foi relatado na entrevista, não foram suficientes para resolução.

Diante disso, na entrevista final de agosto/2023, alguns apontamentos foram feitos em relação ao tratamento público do município em diferentes gestões em relação as demandas do quilombo e a questão dos avanços turísticos entorno de outros projetos rurais de Areal, no caso, com ênfase nos avanços das vinícolas e especulações. Para a análise desses relatos como algo que está inserido no contexto de injustiças socioambientais demanda a sensibilidade de ouvir em quais pontos essas ações de negligência e esquecimento atingem.

Dessa forma, a desinformação age de forma conjunta para a reprodução de racismos e injustiças ambientais em Boa Esperança apresentando um dos principais desafios coletivos do quilombo unido a indefinição do território, que pelos relatos ouvidos ao longo da pesquisa, é traduzido pelos moradores como “esquecimento” público sobre o quilombo. Esse processo de esquecimento foi relatado logo nos períodos iniciais da pesquisa, naquele momento em que as pesquisas sobre o quilombo partiram de informações externas (antes das realizações dos campos), obtive a informação de que o quilombo era parte do bairro Boa Esperança que é rural, no entanto, ao trazer esta informação para o quilombo durante um diálogo, fui corrigida pela liderança:

Nós já conversamos sobre isso, o bairro é o quilombo. Tem que colocar uma placa, sinalizar que é o Quilombo de Boa Esperança, muita gente confunde, mas é uma coisa só. (Celso da Cruz Fonseca, 2021).

Logo, foi um indício de que a localização do quilombo para aqueles que buscam informações através do município ainda é difusa, problemática que ilustra dois pontos interessantes: o primeiro sobre como ao longo das gestões municipais a área ficou distante de atualizações dos sites e reconhecimento dela; e o segundo, exaltando a importância da existência de eventos como festivais que ocorreram no território em 2022 e 2023 para a população externa a ele reconheça a importância e a dimensão da potência da comunidade.

Quando a coleta de dados foi iniciada diretamente na comunidade, com a liderança quilombola, foram explicitados outros desafios além daqueles relatados nesse capítulo, os quais não foram identificados antes com as outras fontes de informações, mas que tomam ênfase nos relatos da comunidade. Sobretudo acerca do reconhecimento e definição da dimensão real do território que pertencia à comunidade quilombola de Boa Esperança no ato da distribuída doação da terra, pois ao longo do processo de formação e ocupação econômica e territorial das áreas ao redor do quilombo diversas terras que antes pertenciam originalmente a terra cedida aos escravizados da fazenda de Boa Esperança foram apropriados por fazendeiros locais e pequenos comerciantes (entre segundo a fala do líder quilombola que cedeu algumas informações). Outro impasse destacado pelas lideranças quilombolas diz respeito à permanência da população dentro do território do quilombo, pois economicamente o território não oferece bases que fazem com que a população permaneça trabalhando internamente.

Sendo assim, durante o período dessa pesquisa, foi possível traçar alguns aspectos de exclusão, omissão e silenciamento da comunidade. Seja por órgãos públicos, pela indefinição do território que foi apropriado por fazendeiros e comerciantes ao redor ou pelo receio da perda populacional. Inicialmente, em 2020, relatei que a comunidade apresentava de uma baixa conexão com movimentos sociais, visto que a busca pela demarcação deste quilombo é recente e a comunicação para além do município, sobre os direitos quilombolas ainda era recente. Porém, a partir de 2021 foi observada uma ampliação nas redes de ação envolvendo o quilombo, seja por presença de pesquisadores, seja por convites de participação em eventos locais com exposição de produtos, a atração de visitantes pelos festivais promovidos (principalmente o Beleza no Quilombo promovido na e pela comunidade) e no ano de 2023 pela visibilidade do Ministério das Relações Raciais em sua gestão fluminense.

A partir dos dados coletados, é possível afirmar que o quilombo possui um desejo de reforçar e expandir os saberes ancestrais presentes para as gerações futuras através do ensino, eventos e a construção de um museu que possa reunir esses saberes. Sendo desafios que coletivamente têm sido discutidos e com resoluções concretas, principalmente sobre a necessidade de projetos quilombolas na escola da comunidade e eventos abertos dentro do território.

Portanto, a análise dos relatos aqui apresentados e as observações realizadas enfatizam o papel crucial da identidade para o fortalecimento, antes das questões externas, da ancestralidade e coletividade no combate e no enfrentamento dos desafios que assolam Boa

Esperança e outros quilombos brasileiros. Quilombos oficiais e aqueles configurados na coletividade negra do quilombamento, por isso, o objetivo dessa pesquisa enfatiza o papel da coletividade ancestral nos enfrentamentos, r-existência e luta contracolonial daqueles que insistem em não serem esquecidos (e não serão).

7 ANCESTRALIDADE NEGRA, R-EXISTÊNCIA E LUTAS NEGRAS

A relevância da ancestralidade negra quilombola na luta contracolonial ressalta-se como um elemento essencial no entendimento e reconstrução da história social, política e cultural das comunidades afrodescendentes nas Américas. Por meio da preservação e celebração das tradições, valores e conhecimentos transmitidos ao longo das gerações, as comunidades quilombolas se configuram como agentes de resistência que desafiam a narrativa hegemônica colonial e reivindicam a dignidade, autodeterminação e direitos inalienáveis.

O legado das populações negras quilombolas transcende o escopo da mera resistência física, adentrando os domínios da construção identitária e da ressignificação cultural. As práticas culturais, rituais religiosos, línguas, danças, música e saberes tradicionais representam uma forma intrínseca de expressar a herança africana, perpetuando valores coletivos e conectando as gerações atuais com um passado compartilhado. Esta conexão com as raízes culturais serve como um contraponto ao projeto colonizador que buscou, por meio de tentativas de apagamento cultural e degradação das identidades, subjugar as comunidades quilombolas.

Ademais, a luta contracolonial das comunidades quilombolas desafia a persistente marginalização econômica e social imposta pela estrutura colonial e pós-colonial. Ao reafirmar sua presença territorial e reivindicar seus direitos à terra e aos recursos naturais, essas comunidades buscam recuperar sua autonomia econômica e política, rejeitando os paradigmas excludentes e desiguais que foram legados pelo sistema colonial. Em um contexto mais amplo, a valorização da ancestralidade negra quilombola na luta contracolonial também influencia a narrativa histórica dominante, contribuindo para uma compreensão mais completa e precisa da trajetória das Américas. Isso resulta em uma revisão crítica das interpretações eurocêntricas que por muito tempo moldaram a visão convencional do passado, abrindo

espaço para perspectivas multifacetadas e inclusivas que incorporam as vozes e experiências das comunidades marginalizadas.

Em síntese, a importância da ancestralidade negra quilombola na luta contracolonial emerge como um catalisador de mudança social e de empoderamento cultural. Ao reconhecer e honrar a resistência, resiliência e contribuições dessas comunidades, estamos construindo pontes entre o passado e o presente, promovendo a justiça social e a equidade. O pensamento quilombista, embasado nas ideias de Abdias e Beatriz Nascimento, transcende a mera retórica teórica para se materializar em uma força motriz de transformação social e política. Através da revalorização das tradições culturais, do resgate das narrativas históricas verdadeiras e da demanda por justiça e igualdade, o quilombismo traça um caminho alternativo, contrapondo-se à narrativa colonial que marginalizou e oprimiu por séculos.

Portanto, é um chamado à ação e à conscientização, inspirando indivíduos e comunidades a reconhecerem a riqueza da herança negra, a desafiar estruturas de poder desiguais e a construir um mundo mais inclusivo e equitativo. O quilombismo, como concebido por Abdias e Beatriz Nascimento, não é apenas um movimento de resistência, mas um convite para uma reimaginação coletiva da sociedade, onde a justiça social e a celebração da diversidade cultural são os alicerces de um futuro mais promissor. A concepção do quilombismo como um movimento contracolonial, articulada pelas notáveis contribuições intelectuais e ativistas de Abdias Nascimento e Beatriz Nascimento, revela-se como uma abordagem profunda e multifacetada para a reestruturação da consciência coletiva e da realidade sociopolítica das populações afrodescendentes. Embasado em fundamentos teóricos sólidos e enraizado nas lutas históricas das comunidades quilombolas, o quilombismo transcende a esfera das ideias, emergindo como um convite à ação efetiva e à transformação social. Ao convocar a revalorização cultural, a revisão crítica da história e o engajamento político, o quilombismo desempenha um papel fundamental na reconfiguração das relações de poder e na promoção da justiça social. A visão desses pensadores ressoa como um apelo à construção de uma sociedade mais inclusiva, onde a ancestralidade, a dignidade e os direitos das comunidades afrodescendentes são plenamente reconhecidos e celebrados.

Os quilombos como territórios de luta e uma organização de ação, que configura um movimento social legítimo de luta identitária e política, assume uma relevância incontestável no panorama da construção de uma sociedade antirracista. Pois, tal entendimento desafia narrativas dominantes e oferece uma perspectiva crítica que transcende a mera compreensão histórica, penetrando nas complexas dimensões do ativismo contemporâneo e da

reconfiguração das relações de poder. Reforçando a necessidade crucial de reconexão com as raízes culturais e históricas, subvertendo a tendência de apagamento e negação da experiência africana e afrodescendente. Por meio dessa abordagem, as comunidades quilombolas se posicionam como agentes ativos na afirmação de uma identidade resiliente e orgulhosa, desafiando preconceitos e estereótipos arraigados. A recuperação da memória e do conhecimento ancestral, não apenas fortalece o senso de pertencimento, mas também capacita as comunidades a se articularem coletivamente em busca de objetivos comuns.

Quando essas análises são percebidas no território de Boa Esperança, há um convite em perceber a contribuição da ancestralidade negra para a resistência da imaterialidade territorial de Boa Esperança, emergindo como um fenômeno complexo implícito e profundamente arraigado na história, cultura e identidade das narrativas. Considerando o trajeto e o amadurecimento da pesquisa e pesquisadora, as percepções aqui apresentadas foram desenvolvidas gradualmente a partir de uma proximidade com parte da comunidade que resultou, mesmo em períodos de distanciamento social, interpretações distintas daquelas que tinha no início do processo. Inclusive, também colonizadas sobre o que encontrar em um território quilombola que ainda não havia proximidade.

Com o aprofundamento teórico e contatos externos à pesquisa, foi possível perceber que para responder ao objetivo central que propus foi necessário um contato com a comunidade que foi mantido para além dos questionários e o modelo de entrevistas, a observação, o exercício da escuta, a aproximação de outros projetos que envolvem o quilombo foram importantes para as novas questões apresentadas neste texto e vivências pessoais futura, principalmente para a compreensão das relações negras que me atravessam como mulher e pesquisadora da temática. Portanto, com esse caminho o entendimento sobre a imaterialidade territorial, nesse contexto, refere-se não apenas à relação física com a terra, mas também ao vínculo afetivo, social e simbólico que os entrevistados e observados tem com Boa Esperança, abrangendo os saberes e histórias contadas e recontadas, os casos que “cá entre nós” e que depois de aproximar dessa coletividade foi possível sentir e analisar.

Dessa forma, para além do objetivo central dessa pesquisa, foi possível não só compreender que a ancestralidade negra contida em Boa Esperança é importante na configuração da sua forma de existência contracolonial na região em que está inserida e sobrevive, mas também, foi possível redigir essa pesquisa em uma linguagem e abordagem pensadas para retornar para a comunidade e contribuir nos projetos de reconhecimento e

afirmação desse quilombo de forma afetiva e comprometida com tudo que foi ouvido, confiado e observado.

Não só contribuindo para a redação dessa dissertação, mas para a formação de uma pesquisadora negra consciente de que a ancestralidade está em cada ponto do corpo individual e coletivo de um quilombo de forma indissociada. Pois ela atua como um alicerce essencial para a resistência da imaterialidade territorial, reafirmando a conexão intrínseca entre as populações e seu ambiente circundante. Através do resgate e da preservação das tradições culturais, mitos, rituais religiosos, músicas e línguas, a comunidade de Boa Esperança r-existe no resgate de suas heranças ancestrais, consolidando um legado que transcende gerações e fundindo-se com a própria paisagem territorial.

A herança de Boa Esperança é observada nas crianças e jovens, que mesmo com as tendências apontadas de realizarem atividades econômicas fora do quilombo, nos mostram como operar as máquinas do antigo engenho, mostram onde fica o tacho que produz a rapadura, os tipos de cana do quilombo por exemplo. Isso é ancestralidade é a sustentabilidade das práticas tradicionais que garantem o reconhecimento dessa terra como quilombo e identifica a imaterialidade coletiva através do pertencimento ao longo das gerações que Boa Esperança ainda irá formar.



Figura 13- Fonte: Autoral, junho de 2022

Na fotografia os elementos reforçam a afirmativa de que a comunidade é viva, pois nela a criança(Ícaro, neto de Celso) ensina como o engenho funciona, simulando um trator com o seu brinquedo e esperando a aprovação de seu avô. Assim, apesar dos desafios aqui

destacados é importante ressaltar que a ancestralidade resiste e mantém o Quilombo Boa Esperança vivo em todas as suas dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da potencialidade da ancestralidade negra emerge como um elemento crucial na compreensão da sustentabilidade de comunidades negras. A presença da ancestralidade é imbuída de significados profundos e inextricavelmente ligada à resiliência histórica dessas comunidades. A valorização das tradições, práticas culturais e saberes transmitidos de geração em geração estabelece uma base sólida para a coesão comunitária, além de conferir uma resiliência cultural e emocional vital. Na busca por emancipação e justiça social, a adoção das noções quilombistas desempenha um papel significativo nos movimentos negros decoloniais. O quilombismo representa uma abordagem enraizada na resistência e na recuperação da autonomia negada historicamente. A apropriação dessas noções confere uma reafirmação da identidade, uma rejeição do status quo colonial e um empoderamento para forjar novas narrativas. Através do quilombismo, os movimentos negros

decoloniais são capazes de redefinir narrativas históricas, impulsionar o reconhecimento da dignidade negra e forjar uma consciência coletiva que transcende as fronteiras impostas pela opressão histórica.

A interconexão entre a potencialidade da ancestralidade negra e as noções quilombistas ressalta a vitalidade da resistência negra como uma força intrínseca na construção de um futuro mais equitativo e autônomo. As tradições ancestrais não apenas nutrem a resiliência interna das comunidades, mas também abre caminho para uma conscientização coletiva sobre a herança cultural e histórica. Integrando esses elementos na luta decolonial a reconstrução de narrativas não colonizadas e a promoção de uma identidade sólida é capaz de transcender os estereótipos e a marginalização desses grupos. A ancestralidade negra é como um catalisador da sustentabilidade comunitária e a adoção das noções quilombistas como um motor dos movimentos negros decoloniais convergem para forjar um futuro mais justo e consciente. Essa abordagem não apenas abraça a história e a cultura, mas também empodera as comunidades negras a se reafirmarem como agentes ativos de mudança social e cultural, moldando um cenário onde a autodeterminação e a igualdade prevalecem.

A r-existência da comunidade quilombola de Boa Esperança é compreendida como um exemplo tangível e significativo da interseção entre a potencialidade da ancestralidade negra e as noções quilombistas dentro do contexto de lutas e movimentos negros decoloniais. Essa reexistência reflete a resiliente continuidade da cultura, das tradições e da resistência ao longo do tempo, em um ambiente que historicamente marginalizou e oprimiu os povos negros. Sendo intrinsecamente ligada à preservação e revitalização da ancestralidade negra, através da manutenção e resgate das práticas culturais e saberes tradicionais, a comunidade enraíza-se nas suas bases históricas locais e nacionais, criando uma conexão profunda com as gerações passadas e transmitindo essa herança para as futuras. Isso não apenas confere uma identidade sólida à comunidade, mas também é uma expressão vívida da força e resiliência da cultura afro-brasileira.

Expressada, inclusive, nos processos de renovação e reestruturação observados no curto período em que essa pesquisa foi desenvolvida (2021-2023), sendo uma comunidade cada vez mais complexa em suas articulações e objetivos com projeções sustentáveis que encarnam as noções quilombistas de resistência e autonomia. O território quilombola torna-se um espaço não apenas de moradia, mas também de autodeterminação. Ao se apropriar do

espaço e reafirmar sua presença, a comunidade desafia as estruturas de poder que historicamente marginalizaram os negros. Essa ocupação territorial é uma resposta direta ao apagamento histórico e à negação de direitos que os quilombolas enfrentaram, representando uma assertiva reivindicação de pertencimento e dignidade.

Dentro do contexto dos movimentos negros contracoloniais, a r-existência dessa comunidade é uma narrativa viva de enfrentamento ao racismo estrutural e à opressão histórica nacional e regional. Essa característica contesta a narrativa dominante que subestima e tenta calar as contribuições culturais e históricas as organizações negras no Brasil.

Através dessa reafirmação, reconhecimento e reconexão, a comunidade não apenas resiste, mas inspira outros grupos a abraçarem suas próprias heranças culturais e a rejeitarem as amarras do colonialismo. Portanto, as lutas quilombolas emergem como respostas históricas às sistemáticas opressões e injustiças que enfrentadas ao longo dos séculos, tanto durante a escravidão quanto após a sua abolição formal. Estas lutas têm múltiplos objetivos e dimensões, que vão desde a resistência à exploração econômica e à violência até a reivindicação de reconhecimento de territórios e identidades historicamente negadas.

É necessário enfatizar que a ancestralidade não é uma entidade única, mas sim uma rede complexa de histórias, tradições e identidades moldadas por contextos diversos, como a diáspora africana e a interação com outras culturas. O reconhecimento dessas diversas ancestralidades é dinâmico porque as interpretações e significados associados a elas estão em constante evolução. À medida que novos conhecimentos são adquiridos e as perspectivas mudam, a compreensão da ancestralidade negra também se expande, refletindo a interconexão global e local.

Logo, as lutas quilombolas e o reconhecimento das ancestralidades negras são intrinsecamente interligados e multifacetados. Eles representam a busca contínua por justiça, igualdade e preservação cultural, além de demonstrar a resiliência e a adaptabilidade das comunidades negras ao longo da história. Esse reconhecimento plural e dinâmico reforça a importância de abraçar a complexidade das experiências negras e de trabalhar em direção a um futuro mais inclusivo e equitativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?**. 2009.pp.

ALMEIDA, Alfredo W. B de. “Os Quilombos e as Novas Etnias”, in O’DWYER, Eliana C. (org.), **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002. pp. 83-108.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANDRADE, Aparecido Ribeiro de; SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **Metodologias de pesquisa em Geografia**. 2015.

ARAÚJO, F.A.C.; DA SILVA, Givânia Maria. Racismo e violência contra quilombos no Brasil. **Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 21, n. 2, p. 196-208, 2019.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: EDUSC, 2006.

ARRUTI, José Maurício. **Quilombos**. Jangwa Pana, v. 8, p. 102-121, 2008

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998. 392p

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS-CONAQ; TERRA DE DIREITOS. Racismo e Violência contra quilombos no Brasil. 2019.

DA SILVA, GISELDA SHIRLEY, e VANDEIR JOSÉ DA SILVA. "**Quilombos Brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil**." Revista Mosaico-Revista de História 7.2 (2015).pp. 191-200.

DE ARRUDA REIS, Sebastiana Lindaura; BELLINI, Marta. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011.

DE ARRUDA REIS, Sebastiana Lindaura; BELLINI, Marta. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Racismo ambiental**. Rádio DPU, 2018. Disponível em: www.dpu.def.br/radio-dpu. Acesso em: 09/2020

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FELÍCIO, M. J.. **O território imaterial do campesinato**. Campo – Território: revista de geografia agrária, v. 5. n.9, p. 18-32, 2010.

GIMÉNEZ, Gilberto. **Territorio e identidade: Breve introducción a la geografía cultural**. Trayectorias, vol. VII, núm. 17, Universidad Autónoma de Nuevo León Monterrey: Nuevo León, México. enero-abril, 2005, pp. 8-24

GOMES, Lilian Cristina Bernardo. **Justiça seja feita: direito quilombola ao território**. 2009

GREEB, Daniela; LABIGALINI, Vanessa; BARBAN, Vilma (organizadoras). **Ancestralidade africana no Brasil: memória dos pontos de leitura**. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2014. pp. 11- 140.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1999

HAESBAERT, R.. **Desterritorializacao: Entre As Redes e Os Aglomerados de Exclusão**. In: Iná de Castro; Roberto Lobato Corrêa; Paulo César Gomes. (Org.). **GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS**. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 1995, v. , p. 165-205

HAESBAERT, Rogério. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais**. GEOgraphia, v. 22, n. 48, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Território de descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Buenos Aires: CLACSO. 1ªed, 2021. 396p. Livro digital: ISBN 978-987-722-832-8

HAESBAERT, Rogério. **Território, poesia e identidade**. Espaço e cultura, n. 3, p. 20-32, 1997.

HERCULANO, Selene; PACHECO, T. . **Introdução: "Racismo ambiental", o que é isso?**. In: Selene Herculano; Tania Pacheco. (Org.). **Racismo Ambiental - I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006, p. 21-28

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOEFLE, Scott William (2007). **Antropologia e Geografia: Convergências e Divergências Históricas**. Espaço e Cultura. 22: 4-31. Rio de Janeiro: UERJ.

KASSIADOU, Anne; SÁNCHEZ, Celso. **ECOLOGIA POLÍTICA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS DOS CONFLITOS AMBIENTAIS**. Revista Sergipana de Educação Ambiental, v. 6, n. 2, p. 09-25, 2019

Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2001. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/>. Acesso em: 08/2020

MARTINEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2011. 1.ed, 2ª reimpressão. 383 pp..

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Território, espaço de identidade**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e territorialidades - teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, v. 1, p. 217-22.

Mello, Pereira Januária. **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural**. outubro 2018. P.121

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Conquista, 1972

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição**. Filhos da África, 1977.

NETO, C. Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, pp.58-60

Notas sobre um processo histórico-etnográfico. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2009, V. 52. Nº 1. pp. 340-374

OLIVEIRA, Andressa Rodrigues Sensato; DA SILVA, Carla Holanda. **Território, Territorialidade e Identidade Territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico/Territory, Territoriality and Territorial Identity: categories for analysis of the dynamics (...)**. Caderno de Geografia, v. 27, n. 49, p. 411-426, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios**. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis, v. 9, n. 1, p. 16-50, 2012.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula(orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. Pp. 73-115.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.pp. 150- 158

REIS, João Carlos. **Historiografia e Quilombo na obra de Beatriz Nascimento**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula(orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. 2009. Pp. 21-163

SANTOS, M. A.. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2000. pp. 8- 50. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/>. Acesso em: 09/2020

SOUZA, Angela Fagna gomes; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Ser e viver enquanto comunidades tradicionais** (Be and live as the traditional community). *Mercator*, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 109 a 120, nov. 2012.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **AQUILOMBAR-SE: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília: Brasília. Pp. 207. 2008

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: *Geografia: Conceitos e Temas*. Orgs. CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio- espacial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. pp.77-110

Vieira, Bruna Benazi. **Conhecimento etnobotânico das comunidades quilombolas do Sudeste do Brasil**. Dissertação de mestrado , 2022. 161.